

A GEOGRAFIA NA DÉCADA DE 80; OS VELHOS DILEMAS E AS NOVAS SOLUÇÕES

Speridião Faissol*

INTRODUÇÃO

A Geografia na realidade, as Ciências Sociais, em geral, vive em busca de uma identidade geral e outra particular, tanto em termos de um contexto social ao qual ambas estariam associadas como no âmbito próprio de cada uma delas, que se pretende "coerente, científico e relevante".

Esta busca de identidade geral e particular — isto é, uma inserção num paradigma das Ciências Sociais, em geral, e outra num paradigma da própria Geografia — tem-se revestido de uma forma de crise, portanto de controvérsia, que tem dividido a comunidade geográfica e ainda não conseguiu unila em torno de determinados princípios fundamentais.

A crise, construtiva por definição, se persiste por longo tempo, pode adquirir uma característica desagregadora, desunificante no quadro acadêmico e obviamente prejudicial ao desenvolvimento da disciplina.

O propósito deste trabalho é o de colocar em perspectiva os elementos desta crise,

com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da mesma e de seus bloqueios intelectuais e quem sabe ajudar a encontrar caminhos para a saída e para a contenção do aspecto desagregador que esta crise pode estar desencadeando.

Estamos sugerindo que estas controvérsias, geradoras da crise, estejam localizadas em quatro questões específicas:

- a — a da teorização;
- b — da quantificação;
- c — da ideologia; e
- d — a da relevância social.

Por isso dividimos esta análise em quatro seções, cada uma tratando de um dos problemas acima sugeridos, que no fundo são os velhos dilemas, com proposições novas para resolvê-los.

a — Em relação à teorização ainda hoje existe, meio submersa numa velha guarda — que talvez nem reconheça isto — a questão que é, muitas vezes, colocada em termos do problema do único/excepcionalista — nomotético × idiográfico —, que em última instância tende a significar que a Geografia é uma ciência de conhecimento fatural, de observação direta no campo, es-

*Professor Visitante, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

sencialmente empiricista, e positivista por isso mesmo, que de certa forma se relaciona com o excepcionalismo, pouco susceptível de generalizações que resultem em formulações teóricas abrangentes e por isso mesmo que contenham um elevado grau de abstração.

A idéia de abstração violenta o velho conceito da paisagem, tão querido daqueles que cultivam mais o olho do geógrafo, instrumento de observação e seleção ao mesmo tempo, sem se aperceberem de que o olho é comandado pela mente, que inevitavelmente tem caráter seletivo, o que significa, em última instância, teorizar sobre o que deve e o que não é relevante para ser observado.

b — Em relação à quantificação existem certos preconceitos, em geral apoiados em pouco conhecimento do que a quantificação realmente significa, mas existe muita ignorância — um pouco da idéia de “não experimentei e não gostei” —; mas ainda existem e persistem usos inadequados e abusos metodológicos, que ocorreram e ocorrem em outras áreas do conhecimento científico; não menos nocivos foram os exageros do determinismo geográfico de Sample e Huntington, para só citar um deles. Mas os exageros não invalidam as inovações.

Também existem restrições de natureza fundamental à quantificação, desde aquelas que discutem a possibilidade de quantificar o comportamento humano, até outros que não vêem muita realidade em relações lineares entre indicadores deste comportamento ou relações causais a partir de correlações entre observações feitas em seção transversal, sem verificação de suas componentes históricas.

Como todos estes aspectos são passíveis de algum tratamento estatístico, querer procurar fazer da quantificação — na realidade do uso de técnicas estatísticas e de massas de dados acumulados em bancos de dados — um substituto para reflexão teórica e empírica, como alguns dos mais afoitos e quem sabe despreparados o fizeram, e como os que desconhecem os seus potenciais sugerem, é desconhecer o que de mais importante se fez nesta área para o desenvolvimento da Geografia.

c — O outro aspecto do problema — a tentativa de colocar a análise e a organi-

zação espacial como uma peça e conseqüência do problema histórico de disputa pelo poder e assim de luta de classes — surgiu, entre outras razões, talvez como reação à idéia de que o quantitativismo servia aos interesses do sistema capitalista internacional e/ou de uma elite capitalista/rica; mas teve, também, muito a ver com uma reação generalizada à tendência de aplicar, no Terceiro Mundo, teses e teorias que supunham que o processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo seria uma réplica de processos que ocorreram na Europa Ocidental e Estados Unidos.

A rigor isto implica juízos de valor, necessariamente qualitativos, e as tentativas de quantificá-los sempre esbarraram não só na falta de teorização adequada, como por causa dela, em dificuldades metodológicas muito sérias.

Este foi, efetivamente, um ponto crucial na evolução conceitual e mesmo metodológica, porque demonstrava as dificuldades de análises comparativas, quando não respeitados os valores de culturas diferentes. Mesmo considerando a intensa e extensa difusão cultural dos modernos meios de comunicação, verifica-se que eles mudaram a superfície das coisas, deixando intactos ou quase intactos valores fundamentais, culturais e políticos.

A tendência quantitativista, no plano acadêmico, servia aos interesses de uma comunidade científica comprometida com o paradigma de uma ciência ocidental, ainda essencialmente positivista, newtoniana, baseada em pressupostos derivados da experiência teórica e empírica de cientistas sociais do Mundo Ocidental, ideologicamente associados aos conceitos básicos do capitalismo; mas daí a considerá-la associada aos desígnios de um sistema capitalista impiedoso, vai uma grande distância e sobretudo uma grande injustiça.

Embutida na tendência chamada ideológica (pois todas são ideológicas, desde que não existe ciência neutra) e aproveitando-se dela para, de seu lado, servir não à idéia de um conteúdo ideológico na Geografia, mas a uma específica concepção de ideologia, desenvolveu-se uma Geografia Radical, de base filosófica marxista; ela tinha por objetivo contestar e eventualmente destruir a base capitalista da maior parte dos modelos

analíticos correntes — muitos dos quais imediatamente haviam construído um suporte estatístico/matemático —, por isso furiosamente atacados e acusados de estarem a serviço do sistema capitalista internacional.

O que não deixa de ser curioso, e até irônico, é o fato de que os teóricos do capitalismo acusam os teóricos marxistas de sectarismo ideológico, e vice-versa, o que realmente coloca o problema de forma adequada, pois que todas as teorias sociais, principalmente, têm um conteúdo ideológico em seu sentido específico.

O que esta maneira de colocar o problema acabou por sugerir foi, de certa forma, uma proposição de base marxista que, ao combater o que às vezes eles convencionaram chamar de “empiricismo abstrato” com base em volumosos banco de dados, acabou por construir um modelo de análise onde os dados que não confirmassem o modelo seriam descartados como não relevantes. Era a superestrutura — as chamadas *deep structures* — que comandava as estruturas, ditas superficiais. Como esta *deep structure* não era visível nas estruturas superficiais, o dado só era válido se validasse a tese.

A essência dos postulados radicais/marxistas é a de que uma nova sistemática deva ser usada que submetta a base do sistema capitalista a um exame rigoroso e crítico, que no dizer de Harvey destina-se a criar verdades em lugar de encontrá-la, com o argumento de que o caminho apenas perpetuava o *status quo*, que era necessário mudar.

d — A questão da relevância social veio simultaneamente das duas fontes. De um lado a reação que cientistas sociais do Terceiro Mundo desenvolveram contra a aplicação sumária e indiscriminada de teorias de desenvolvimento econômico *stricto sensu*, entre outras, derivadas do mundo desenvolvido, acabou não só por estabelecer bases para seus próprios modelos de análise, como na base deles definiu seus próprios conceitos de desenvolvimento e metas objetivas para se atingi-lo. No cerne desta redefinição teórico/conceitual está a idéia de relevância social associada à idéia de equidade.

De outro lado, nos países desenvolvidos, a constatação de que os frutos deste desen-

volvimento não estavam sendo compartilhados, gerou a partir da década de 60, uma funda frustração, ao mesmo tempo que uma forte preocupação com os exageros da exploração dos recursos da terra ameaçando sua exaustão. A preocupação com a forte concentração de riqueza incluía aspectos paralelos como o da discriminação de minorias desprivilegiadas, fossem negros, asiáticos, hispânicos ou mesmo as mulheres.

A preocupação com o bem-estar da sociedade, e portanto do homem, não era e nem é privilégio de pensadores marxistas, pois ela dominou uma geração de cientistas sociais (geógrafos aí incluídos), sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. E esta preocupação com o social trazia, embutida, uma preocupação com o meio ambiente, de um lado, que é uma dimensão social, e com os recursos da natureza que têm conotações econômicas, sociais e até mesmo fenomenológicas.

Como a equidade tem uma componente social e outra espacial, a Geografia encontrou nela um poderoso ponto de equilíbrio, que lhe permitia fazer face aos modelos de maximização de eficiência, de competição etc., com novos instrumentos de análise, que ao visar um hipotético equilíbrio espacial, quem sabe do tipo neoclássico, deixavam à mostra a questão do longo prazo, implícito numa mudança espacial/estrutural, em contraposição aos modelos de curto prazo de política econômica corrente.

A preocupação com relevância social foi, em muitos casos, interpretada como descartando métodos quantitativos de análise, pois muitos deles se constituíam em funções otimizadoras de eficiência, portanto contrários aos objetivos de equidade, o que apenas revelava um certo desconhecimento do que é uma função otimizada, que poderia otimizar a distribuição de rendimentos, por exemplo.

Foi Kasperson (41), já em 1971, quem afirmou que “a mudança nos objetos de estudo da Geografia, de supermercados e superestradas para pobreza e racismo, já começou, e podemos esperar que ela continue, porque os *goals* da Geografia estão mudando. O novo homem vê o objetivo da Geografia como o mesmo que o da medicina — adiar a morte e reduzir o sofrimento”.

O adiar a morte tem um sentido ecológico/natural e reduzir o sofrimento é a grande dimensão social objetiva e realista.

Um trabalho deste tipo não tem conclusão, porque o debate continua e só poderá enriquecer a ciência geográfica, pelo menos na medida em que ele não seja tornado sectário.

Mas carrega a convicção de que a Geografia é, mais que nunca, uma Ciência Social, e não fosse o receio de incorrer de novo nos exageros kantianos de que Geografia e História cobrem a totalidade de nossas percepções sensoriais, não teria dúvidas em assumir que é a própria Ciência Social, pois incorpora, explicitamente, o homem em seu *habitat* natural, vivendo nele e para ele, no sentido da filosofia fenomenológica transcendental.

Assim fica a consciência de que ele, talvez, não seja apenas um diálogo interno na Geografia, como muitas vezes aconteceu, no passado, e que assim a atual crise na Geografia contribua para que ele se torne mais amplo envolvendo as Ciências Sociais em geral.

Pois sendo a Geografia uma destas Ciências Sociais, as variáveis básicas de todas elas são relativas à mesma sociedade, alterando-se o objeto a ser explicado: na Geografia é a organização do espaço, socialmente articulado; por isso a preocupação com justiça espacial social é imanente, inclusive porque os geógrafos e cientistas sociais hoje estão muito mais preocupados com os problemas substantivos da sociedade; e a desigual distribuição dos frutos do progresso material e cultural constitui o mais sério dentre os problemas da sociedade contemporânea.

A QUESTÃO DA TEORIZAÇÃO E O PRÓPRIO CONCEITO DE ESPAÇO COMO OBJETO DA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Teoria é um ato de criação intelectual, necessariamente abstrato, de que a mente humana necessita para construir e produzir explicação para fenômenos que escapam à sua imediata percepção. Sobretudo para

não restringir a explicação a um fenômeno isolado, mas a um conjunto. Com freqüência recorre-se a uma forma metafórica de um modelo que descreve um fenômeno semelhante e para o qual se tenha uma explicação. Daí seu caráter abrangente e sintetizador ao mesmo tempo, essencialmente generalizador.

De alguma forma a idéia de que Deus criou a Terra e o Homem, a primeira regulada pelas leis do movimento e o Homem que foi dotado de pensamento para revelar estas leis, constitui uma teoria, sobre a origem da Terra e do Homem; a secularização desta teoria, que transformou o processo, com a explicação descartiana de que havia mente e matéria (*mind and mater*), e de que não era Deus quem havia criado as leis da natureza; elas tinham existência autônoma, e criaram, por evolução, o homem, que então erigiu Deus como uma necessidade, invertendo o processo explicativo.

Por isso, ela, a teoria, dificilmente pode ser completamente universal, pois não resiste ao teste de culturas diferentes, tanto mais quando estamos falando de teoria nas Ciências Sociais. Ela é essencialmente uma manifestação de um particular contexto cultural/social, que implica, por igual, uma dimensão temporal.

É por isso, também, que é precisamente nestes diferentes contextos sócio-culturais, onde a elaboração intelectual, que conduz à formulação de teorias, está mais sujeita aos condicionamentos que eles próprios criam.

É precisamente nesta linha que Livingstone (46) argumenta ao sugerir que existe uma estreita relação entre as questões epistemológicas na explanação científica e os fatores ideológicos associados ao processo científico. A Ciência, diz ele, é uma prática social, em algum sentido.

É, também, o que Margaret Fitzsimmons (22) coloca como algo associado ao crescimento do positivismo e institucionalização da Ciência e que levou os cientistas a abandonar as questões de filosofia, tangidos pelos crescentes imperativos da divisão intelectual do trabalho e com ela pela crescente especialização. Esta crescente especialização acaba por fazer-se perder de vista o contexto social de um lado, e de outro lado — mais importante — as próprias premissas

filosóficas em que uma dada teoria esteja baseada.

Esta verdadeira atomização do conhecimento acabou por consagrar a filosofia e prática mecanicista newtoniana, na qual a perspectiva positivista oferecia os elementos da explicação parcial, cuja soma conteria a explicação total. E a extensão mecanicista, que Herbert Spencer fez na direção do “organismo social”, acabou gerando todo um arcabouço teórico, tipo física social, que tentaria provar ao longo de toda prevalência positivista a supremacia da visão mecanicista do mundo. Visão que começou na Física e se estendeu as outras ciências, inclusive a Ciência Social.

A fórmula clássica ocidental de contornar o problema do contexto social — aí embutidas algumas questões filosóficas — tem sido a de análises comparativas, transculturais ou não, de vez que os comparativistas argumentam que um único esquema conceitual e metodologias correspondentes tenderão a facilitar a acumulação de hipóteses e proposições, seqüências repetitivas de padrões espaciais, que poderão levar a generalizações com capacidade explanatória(2).

Esta é a via da perspectiva positivista, na qual a idéia de significado, em qualquer situação, tem que ser aprendida e apreendida, e não colocada por teoria apriorística.

A visão positivista implica se fazer generalizações empíricas que levem a afirmações tipo leis gerais, mas relacionadas a fenômenos que podem ser empiricamente reconhecidos, através de um método científico, que a concepção positivista considera objetivo, independente de cometimentos morais e políticos, portanto *value free*, sem nenhuma conotação ideológica(38).

Mas a questão é que existe uma dificuldade fundamental no “aprender”, que se apóia num processo seletivo, necessariamente anterior, de conhecimento. Então, em verdade, o aprender — conhecimento reflexivo — é derivado dialeticamente, por assim dizer, da interação entre um conhecimento anterior e nossa atividade intelectual estruturadora, que orienta e filtra nossas percepções e molda nossos conceitos, pre-conceitos e teorias(2).

Em outras palavras, nós analisamos o mundo e suas realidades, através, simulta-

neamente, da realidade como a idealizamos, portanto abstrata e teórica, e desta mesma realidade como a vemos e percebemos, portanto parecendo-nos objetiva e real. Quer dizer, reconhecemos a relatividade da existência e a relativa verdade de nossas percepções.

Evidentemente, como acentua Berry, a procura por formas em algum sentido geométrico é compreensível, até necessária, pois ao percebermos o mundo por filtros compostos de idéias, estas são limitadas por uma linguagem orientada para classificar objetos, dar nomes a eles e com isto codificar a “realidade”.

São duas verdades que pretendem, ambas, estar correlacionadas com a realidade objetiva, porém não necessariamente uma com a outra.

Isto significa que os conceitos da Ciência Social têm suas raízes, em última instância, na nossa própria experiência social, mas esta, por sua vez, está apoiada nas complexidades concretas e objetivas que vivemos no dia a dia, mas que procuramos organizar em abstrações seletivas, filtradas pelos nossos padrões culturais, em última análise pelo contexto social em que produzimos estes mesmos conceitos.

A contradição está, como afirmou Berry(2), no mesmo artigo indicado antes, em que se o mundo real e nossa idealização — o objeto e o sujeito são estritamente correlacionados, como podemos conhecer e saber que o mundo real que observamos é o mundo real mesmo ou é o que idealizamos?

É que somos autores e atores ao mesmo tempo, e dificilmente podemos recuar, quando somos autores, de nossa própria posição de atores na mesma cena, o que faz a Ciência Social essencialmente diferente das chamadas Ciências Exatas, pois somos, ao mesmo tempo, experimentadores e experimentados, o sujeito e o objeto da pesquisa.

Como ultrapassar o fato de que as estruturas idealizantes e conceituais da Ciência filtram, como indicamos antes, nossas experiências sensoriais e as moldam naquelas mesmas estruturas conceituais? Onde e como fica nossa observação objetiva e neutra? Vemos o que vemos ou que queremos ver? E o que é importante para ser visto?

A pesquisa de campo, tão importante na Geografia, sem a orientação de uma firme base conceitual, pode acabar sendo um reconhecimento do terreno, desordenado e não crítico, portanto de pouca validade.

Harvey(30) sugere que isto se deve a uma separação artificial entre metodologia e filosofia da Ciência, pois desta separação “flui a tendência a observar os fatos como separados dos valores, objetos como independentes dos sujeitos, “coisas” como possuindo uma identidade independente da percepção e ações humanas, e o processo “privado” de descobrir como separado do processo “público” de comunicar os resultados”.

Isto é diferente da idéia de criar uma realidade verdadeira, como se fosse *a priori* existente, embora não aparente, uma verdadeira estrutura profunda e não visível ou observável, como quiseram os estruturalistas/marxistas althusserianos da década de 60, mas também é diferente daquela visão neutra e *value free* positivista.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, que esteve várias vezes no Brasil, na década de 30, ao procurar identificar e entender a natureza do que às vezes se denominou de *gearbox* (que no automóvel é a caixa de mudança), chegou à conclusão(43) de que “o comportamento humano é preordenado por forças inconscientes além do controle humano”, e que cada fenômeno cultural resulta de uma transformação das chamadas estruturas profundas, um elemento biologicamente implantado no cérebro humano, que é manipulado pelo processo cultural. Assim, tem-se uma superestrutura, que é a observação realizada, e a estrutura profunda, que é a construção predefinida, e entre estas duas operando as forças mediadoras.

A característica básica deste tipo de visão é a crença de que os fenômenos culturais — linguagem, relação e regras de afinidades e parentesco, mitos, tabus, etc., que aparecem de forma muito diversificada quando observadas na superfície, são, de fato, transformações de algumas estruturas básicas(38) que são universais na mente humana, e cujo conhecimento implica a própria identificação da existência humana; isto, no fundo, representa uma certa aproximação à concepção fenomenológica transcendental.

Leach chegou a fazer esta comparação (44 e 45), ao afirmar que “uma vez que culturas são o produto do cérebro humano, deve haver (*there must be*) em algum lugar por baixo da superfície feições que são comuns a todos” e que o argumento pode ser estendido à História que nos oferece “imagens de sociedades passadas, que são transformações estruturais das que conhecemos”.

A epistemologia da visão positivista é que o conhecimento é adquirido pela experiência, mas requer que esta experiência seja firmemente estabelecida como evidência verificada pelo método científico, e aceita, consensualmente, pela comunidade científica (seqüência repetitiva?).

A epistemologia da visão estruturalista é a de que o mundo das aparências (observação empírica, experiência?) não revela, necessariamente, o mundo dos mecanismos e processos que causam o mundo das aparências. O que realmente existe — as forças que criam as estruturas — não pode ser nem aprendido nem apreendido diretamente, e sim através de pensamento reflexivo.

Mas de novo estamos de volta ao problema de que o pensamento reflexivo não é independente de nossa vivência e convivência social.

A natureza complexa desta(38) metodologia que identifique estas estruturas profundas, conforme observa Johnston, sugere que a “própria idéia destas estruturas ainda tem que ser transformada, em um conceito científico convincente.”

Esta é a essência da idéia de que a teoria jamais poderia ser socialmente neutra, como às vezes se pretende, pois pensamento reflexivo implica nossa própria visão do mundo, o que deixa inaplicável a idéia positivista de *value free* no processo de conhecimento científico(3).

É ainda Harvey(30) que observa que a diferença essencial entre o positivismo e o marxismo é a de que “positivismo simplesmente procura entender o mundo, enquanto o marxismo procura mudar o mundo”.

Como se percebe, o seu conteúdo ideológico é inescapável, seja com base em uma visão capitalista (positivista?) ou marxista (estruturalista?) ou fenomenológica do mundo em que vivemos.

E é por isso que muitas das críticas a métodos estatísticos usados pelos chamados quantitativistas, pelo fato de enfatizarem seqüências repetitivas em buscas de padrões, eram de que eles estavam carregados de etnocentrismo (positivista/capitalista?) e com isso de viés ideológico; isto é verdade especialmente em estudos que partem do pressuposto não só da validade/superioridade de certas estruturas que privilegiam o conceito de desenvolvimento econômico/urbano/industrial ocidental, ao mesmo tempo que os valores da democracia capitalista e do consumismo material como forma de progresso.

As teorias que sustentam tais métodos privilegiam estruturas de progresso material, que o próprio sistema capitalista cria e reproduz como corolário; além disso deve-se considerar que os elementos materiais da cultura são muito mais facilmente quantificáveis.

Gunnar Olsson(47) salienta uma série de premissas de determinados procedimentos metodológicos, que implicam, por sua vez, premissas ideológicas. E menciona que um planejamento de funções de bem-estar social, como ele exemplifica ter sido feito na Suécia, apoiadas no chamado modelo "Pareto", que inclui formulações do tipo gravitacional, regra tamanho-hierarquia etc., são contraproducentes, pois tendem a maximizar funções ligadas ao modelo capitalista de lucro, competição, equilíbrio, etc., não necessariamente implícitas no conceito de bem-estar social.

O equilíbrio num sistema urbano, implícito no modelo tamanho-hierarquia e na própria teoria de localidade central, é um equilíbrio gerado de dentro para fora, que preserva o *statu quo* no sistema; mudar de fora para dentro, alterar a própria composição do equilíbrio, é isto a que equivale o que Harvey chama de "mudar o mundo", a teoria revolucionária que ele advoga em *Social Justice and the City*.

A aplicação destes modelos ao Terceiro Mundo, sem restrições, constitui a essência do neocolonialismo intelectual, que se liga, de forma indissolúvel, ao capitalismo também neocolonialista, que precisa da superioridade do conceito de desenvolvimento econômico/urbano/industrial e do consumismo material para alcançar seus objetivos

econômicos/políticos de produzir para consumir.

No Terceiro Mundo a idéia de mudar o mundo, na direção de uma "nova ordem econômica mundial" é uma tentativa revolucionária, não marxista, de atingir objetivos semelhantes via métodos pacíficos.

Willy Brandt e sua Comissão independente procuraram "sugerir meios de promover soluções adequadas aos problemas envolvidos no desenvolvimento e atacar a pobreza absoluta", seguindo a linha do entendimento entre os homens e países(8).

É claro que os cientistas sociais que se educam e se formam profissionalmente num sistema capitalista e realizam suas pesquisas e suas reflexões de natureza teórica sobre um sistema de atividades econômico/espaciais capitalista tenderão a procurar suas explicações sobre a organização econômico/espacial no contexto das variáveis do próprio sistema capitalista. Aqui não se trata de juízos de valor, mas de explicações sobre o processo em andamento; o juízo de valor está na adoção do sistema capitalista, que é uma opção ideológica.

A teoria de localidade central, tão duramente criticada pelos teóricos marxistas, por isso mesmo, baseia-se em pressupostos capitalistas de comportamento da firma, que é essencialmente constituído por lucro, propriedade privada e iniciativa particular.

Há dois conceitos fundamentais da teoria de localidade central: *threshold* e *range*. O primeiro constitui a quantidade mínima de (o tamanho do mercado) gente necessária a que uma atividade "seja desenvolvida com lucro"; e o segundo, o *range*, constitui a distância máxima que um bem pode ser transportado com lucro; ambos estão firmemente apoiados na ideologia capitalista.

E neste contexto estão apoiados em certas premissas de comportamento humano que são discutíveis: a completa racionalidade e informação por parte do consumidor bem como o desejo de maximizar o lucro por parte do produtor, que acaba por criar uma situação impossível, pois nem todos podem maximizar lucros e portanto alguns não maximizam. E é curioso observar que um dos postulados básicos enunciados por Christaller(14), relativos à distribuição e espaçamento de centros urbanos e talvez melhor explicitados por Berry e Garrison(5 e 6),

é o da necessidade de que a planície isotrópica presente no modelo não seja ilimitada (*unbounded*), o que permitiria incorporar no modelo Berry/Garrison a idéia de lucro extraordinário (*excess profit*), que também é subjetiva, mas obviamente capitalista. Em países em desenvolvimento, algumas premissas da teoria precisam ser revistas, mesmo sem mudar muito a estrutura básica do modelo, para contemplar o fato de que na estrutura espacial aparecem distorções não só na noção de transporte sem restrição em todas as direções como também na de uma população com capacidade aquisitiva e preferências iguais.

Mas estas distorções não aparecem, e este é um fato conhecido, só ao nível espacial regional, mas ocorrem no interior dos grandes aglomerados urbanos/metropolitanos, onde periferias pobres organizam o sistema de *shopping centers* ou equivalente, de forma bem diferente, não só em termos de hierarquia dos bens como da própria variedade dos bens e serviços consumidos.

A tentativa de imitar os mesmos padrões de países desenvolvidos, via processo de difusão e efeito demonstração, tem gerado apenas sistemas de valores distorcidos quanto ao consumo (televisão *versus* melhor alimentação ou moradia) e frustrações por não incorporar todos os elementos deste progresso material, o que por sua vez gera tensões sociais e políticas.

É isto o que descreve, entre outros aspectos, o conceito dos dois circuitos, desenvolvido por Milton Santos(53).

Com estas observações se verifica que a crítica aos modelos e métodos estatísticos está mal direcionada, pois deve ser de natureza ideológica, contra os conceitos de consumismo e progresso material que o capitalismo propõe como norma superior de vida, e não contra a adoção de métodos da Matemática e da Estatística.

Independentemente da questão ideológica, a Geografia, em particular, enfrenta um problema conceitual adicional extremamente complexo, que é a unidade/objeto chamada espaço, que operacionalmente depende da operacionalização da unidade observacional utilizada, a área básica de análise.

Considerando-se a definição de um espaço/região pelas relações entre as unidades observacionais agregadas, as noções da

teoria de localidades centrais se aplicam, e a idéia de *range e threshold* são intuitivas; mas procurando analisar o espaço pelos atributos das mesmas unidades, então a questão torna-se diferente, como indicaremos a seguir.

O que se pretende dizer com isso, neste momento, é que as características, e portanto os indicadores que usamos, referem-se a indivíduos, como o rendimento, o nível educacional, a idade, etc., mas a análise espacial refere-se a unidades territoriais de tamanho inespecífico; os valores que aqueles atributos assumem referem-se, portanto, a áreas e assim a grupos de indivíduos e/ou famílias residentes na área, sob a forma de valores médios ou porcentagens.

A natureza e a extensão do território passam, assim, a ser considerações relevantes, de vez que ao se usar a área, em vez do indivíduo, estamos assumindo que a variância interna a esta área é desprezível, seja ela relevante ou não. E que, com isso, estamos comparando áreas com variâncias internas às vezes grande com outras com variância interna menor, o que torna a comparação quase sempre inadequada e até espúria, no sentido estatístico.

E como a essência da análise espacial diz respeito às relações no interior da área e desta mesma área com outras, na medida em que estamos comparando situações díspares, podemos estar tirando conclusões errôneas.

Apesar disso, se esta comparação tornar-se necessária, por qualquer razão, há que se conscientizar desta dificuldade.

É isto que explica Allardt(1) quando afirma que no presente momento todos concordam com o problema descrito por Robinson de que uma correlação ecológica não é, em geral, a mesma coisa que sua correlação correspondente ao nível de indivíduos(52).

Esta não correspondência constitui o que se costuma chamar de falácia ecológica; esta falácia ecológica significa que a correlação entre diferentes indicadores, tomados os valores para áreas específicas pode não significar a mesma correlação se tomarmos os indivíduos daquelas mesmas áreas.

O exemplo de Robinson referia-se a uma correlação de 0,20 para indicadores de porcentagem de indivíduos analfabetos e cor negra, considerados os estados dos Esta-

dos Unidos; considerando-se regiões econômicas funcionais nos estados do sul, a correlação entre os dois mesmos indicadores passava a 0,95.

A questão é, então, saber-se se ambas estão erradas, ou ambas certas, partindo-se da verificação de que a relação existe no contexto de uma região — no caso o Sul dos Estados Unidos —, onde condições sociais e políticas específicas e conhecidas criaram os elementos e condições tais que deixam o negro numa posição de inacessibilidade prática à alfabetização, e que fazem a correlação verdadeira somente neste contexto. Portanto a conclusão de natureza teórica só é válida num particular contexto cultural/social/ econômico e espacial, que desprivilegia o negro.

Mas o problema é mais amplo, pois leva à questão de considerar o grupo como tal, e com isso a admitir a outra falácia, individualista, que Berry descreve: a recusa em tratar a coletividade como tal, a tentativa de explicar o comportamento do sistema em termos de unidades observacionais (2) cujos valores agregados supõem-se serem os verdadeiros valores para a coletividade.

Isto requer a suposição de que indivíduos, numa coletividade, têm percepções, respostas ou ações em comum, e em outras palavras que estas unidades sejam as unidades elementares de um sistema espacial.

A região é a abstração geográfico/espacial que, a um primeiro nível de agregação, contorna conceitualmente este problema, porém apenas depois de termos ignorado o mesmo ao nível territorial usado para a agregação; quer dizer, considerarmos efetivamente a unidade observacional como a unidade elementar do sistema espacial para, em seguida, agregar unidades, em um nível maior de generalização, necessariamente mais abstrato que é o conceito de região.

Mas a região — uma unidade territorial onde a variância intra-unidade e interunidades menores em seu interior é a menor possível — não pode ser considerada um simples problema estatístico de variância, a não ser no caso particular de uma região elementar, no conceito tradicional, definida por um único indicador. O conceito mais usual de região é multidimensional, baseado em um elenco de indicadores, selecionados com base em teoria sobre a região. A isto

voltaremos mais adiante, pois não é nosso propósito teorizar sobre região neste momento.

A essência do que estamos discutindo, neste momento, é a maneira de fazer, por alguma forma, a fusão do indivíduo com o grupo social, e do elemento territorial de menor tamanho com outro maior que seria a réplica territorial do grupo, bem como os dois agregados, no espaço, que passa a adquirir, então, a feição do próprio organismo social que comanda o grupo.

Queremos dizer com isso que a Geografia procura um ponto de convergência que contemple, de um lado, a agregação de unidades territoriais que contêm um elevado grau de unidade intrínseca, de natureza por assim dizer simbiótica; e de outro lado a agregação de indivíduos/famílias, neste mesmo território, mas formando coletividades sociais também com elevado grau de unidade intrínseca.

A junção das duas agregações constitui a noção central de espaço e espaço/região, que obviamente se faz em diferentes níveis de agregação social/territorial.

Esta concepção faz a Geografia voltar a se constituir em ponte entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, inclusive porque implica uma simbiose real homem/meio, sem a dicotomia natural social.

Parece, a esta altura, importante fazer uma distinção que é relevante entre espaço e região.

A região é uma abstração, necessária para compreender o funcionamento do(s) processo(s) espacial. Mas a análise de uma região, em particular, tipo monografia regional/*pays*, sugerida por Hartshorne e Vidal de La Blache como o objetivo fundamental da Geografia, é outra coisa e faz voltar a discussão ao problema do único e excepcional na Geografia. A regionalização de um dado território é uma coisa e a análise exaustiva de uma região, sem perceber o contexto mais amplo do sistema espacial em que ela ocorre, é outra, derivada da filosofia excepcionalista.

Mas voltando ao problema das correlações ecológicas, mesmo considerando que elas são, quase sempre, diferentes das correspondentes correlações individuais, a questão não se esgota aí, pois conforme acentua Allardt(1) é de se "indagar em que

medida a demonstração de correlações individuais é o objetivo primeiro em estudos sociológicos e políticos. Certamente que não! O objetivo principal é a explicação causal e não a demonstração de correlações”.

Este problema é extremamente complexo e torna a elaboração de teoria geográfica igualmente difícil, pois teria que ser teorização sobre natureza e homem, ao mesmo tempo, de natureza essencialmente integrativa.

Por isso, muitas vezes, se questiona a própria natureza científica da investigação geográfica de produzir generalizações abrangentes com características de teoria; tanto que o Capítulo X(29) de *Perspectives on the Nature of Geography*, de Hartshorne, diz respeito à capacidade da Geografia de formular leis científicas ou descrever casos individuais, tendência esta que foi fortemente discutida por Schaeffer e depois Bunge, entre outros.

Frank Schaeffer(54) foi o primeiro a atacar os pontos de vista de Hartshorne e a ele se seguiram numerosos outros, Bunge entre eles(9). Bunge sugere que Hartshorne confunde o caso individual, que implica generalidade, com o único, que seria uma propriedade inerente dos objetos. Esta tese Bunge considera consistente, lógica, porém não científica.

Hartshorne substancia(29) a idéia ao dizer que “de forma a poder estudar um número suficiente de áreas como similares, precisamos definir a categoria de maneira tão ampla que acaba por incluir variações tão grandes que invalidam a generalização baseada na premissa de características idênticas; se, por outro lado, os tipos são definidos de forma mais restrita para evitar este perigo, podemos acabar tendo um só espécime de cada tipo”.

É a consagração do idiográfico.

Não caberia nos limites desta discussão um aprofundamento da questão, que é crucial — de saber-se se a Geografia pode ser considerada uma Ciência —, na medida em que possa ou não produzir teoria, dedutiva ou gerada por generalizações empíricas. Assume-se que sim, positivista ou não.

Mas é importante indicar-se teoria sobre o quê?

Isto coloca o problema do objeto da Geografia: espaço, território, região, espa-

ço/território/limitado ou seja país/nação; mas em que medida combinados em uma visão etnocêntrica de que todas estas dimensões físicas são socialmente produzidas e voltadas para o uso e gozo da sociedade, inclusive para o uso e gozo dos mais aptos na concepção de Herbert Spencer?

Seria a socialização do conceito hettneriano de que Deus fez o Homem para viver na Terra e a Terra para uso e gozo do Homem. Tanto que os conceitos correntes na civilização ocidental, até há bem pouco tempo, sobre competição, por exemplo, partiam da premissa de que as condições ambientais, aí embutidas os recursos naturais, eram tomadas como dados.

Vejamos, em primeiro lugar, qual o significado da idéia de que o espaço é o objeto da Geografia e é socialmente produzido.

O que a Geografia sempre visou e objetivou, em suas análises ou sínteses, foi o complexo de relações entre o homem e seu meio ambiental, físico por assim dizer. Isto sempre constituiu o *core* da análise geográfica e Hartshorne(29), que codificou muito do convencional na natureza da Geografia, não só usa, repetidas vezes, a noção de “diferenciação entre áreas” como destaca a idéia de lugar, na mesma linha em que a colocou Vidal de la Blache(29); Vidal descreve a Geografia como a Ciência dos lugares, em que o caráter particular de um país ou outra unidade territorial (Vidal usa aspectos), a diversidade social associada com a diversidade dos lugares, mas preservando a unidade desta totalidade, no *contree* ou *pays*.

Mas aí vemos que se trata de uma interação — homem/meio — sem qualificação, como se ela fosse igual sempre, e na qual o lugar parece conter uma conotação de concreto, independente do meio e dos grupos sociais que o ocupam, mas principalmente independente dos outros lugares e/ou grupos sociais associados.

Desde a definição da Geografia como uma disciplina separada, no Século XIX, a Geografia viveu em torno de um foco duplo lugar e espaço e é curioso notar que Frank Schaeffer, o principal desafiador da chamada corrente principal de Hartshorne, sempre usou a palavra espaço, enquanto Hartshorne usava a palavra lugar (*place*).

É claro que em cada localização na superfície da terra habitada existem relações verticais, que ligam diferentes elementos na mesma localização, e isto caracteriza o lugar; mas existem relações horizontais que ligam o conjunto de elementos de um mesmo lugar com o conjunto de elementos de outros lugares(38) como acentua Johnston; mas é claro, ainda, que os atributos do lugar afetam as relações entre os lugares(27), quase que da mesma forma que os atributos das pessoas afetam as relações destas pessoas com outras; mas de novo é claro que as relações entre os lugares acabam por afetar os atributos dos lugares, da mesma forma que as pessoas, criando-se um sistema de interdependências que integra a disciplina e a própria sociedade que ela estuda.

É este conceito que descreve e define a noção de espaço.

Mas a sua extensão para região, sem que se investiguem as relações entre as regiões — processo integrativo —, deixa a noção de região solta no contexto do único e excepcional, portanto no caminho errado, como já tínhamos salientado. É por isso que, às vezes, se considera que a dicotomia região homogênea/funcional obscurece muitos aspectos fundamentais do conceito de região, a despeito de suas vantagens didáticas e operacionais.

O espaço não existe sem a sociedade e a sociedade não existe sem uma base territorial que a suporte e que ela transforma em seu espaço.

Isto implica a noção de que o sistema espacial contém uma territorialidade — áreas de organização —, formada à base de pontos ou áreas que são ligados por mecanismos de dominância e subordinação que estruturam de uma certa forma hierárquica este mesmo território. Estes mecanismos de dominância e subordinação são conceitos capitalistas, pois implicam hierarquia de bens e serviços e áreas de mercado no sistema capitalista. Voltaremos à questão do território mais adiante, pois ele tem um significado adicional, de natureza política.

Por outro lado, a idéia da totalidade de seus aspectos é antiteorizante, porque não seletiva, e que formalmente conduziu a Geografia ao beco sem saída da noção do idiográfico, em que cada lugar é diferente de

cada outro lugar, único e excepcional, não comparável com nenhum outro.

Na realidade, a noção de lugar implica a noção fundamental de espaço absoluto, porque lugar, neste sentido, é uma coisa em si mesma, um ponto na superfície da terra, física e filosoficamente derivado da idéia descartiana de um sistema de coordenadas por isso chamadas de cartesianas, que definem o lugar no espaço absoluto.

Em outro trabalho, discutimos a noção do ponto, no contexto da definição de termos primitivos na Geografia, e chegamos à conclusão de que o ponto "p" não existe sem seus atributos "n"; portanto "p" não existe e o que existe é "pn", multidimensional, em que a amplitude do multidimensional e a extensão territorial de "p" é dada por teoria e objetivos da análise(19).

O problema crítico é, como vimos, saber se, de um lado, a dimensão territorial de "p" (como se ele pudesse existir isoladamente) e de outro a extensão multidimensional de "n", também como se "n" pudesse existir isoladamente. O conceito de lugar gerou um debate em torno do "n", dos atributos do lugar, tomados como independentes do lugar porque cada lugar se caracterizava por sua própria existência e um conjunto particular de atributos, teoricamente infinitos.

Mas uma outra noção fundamental diz respeito à aquisição destas características/atributos pelo lugar: elas fazem parte de um processo, que tem muito de epidemiológico e que faz com que um lugar ao lado tenha uma probabilidade elevada de ter atributos semelhantes.

É o processo de difusão, que é essencialmente espacial/temporal, segundo o qual um lugar pode se tornar mais semelhante a outro, espacialmente próximo, através da adoção de inovações, geradoras daquelas características, o que demandaria a variável tempo.

É a partir daí que saímos da idéia de lugar para espaço, uma mudança fundamental no esquema conceitual da Geografia, porque saímos da concepção de uma diferenciação estática entre lugares para uma concepção dinâmica de integração espacial, feita com uma dimensão temporal explícita e necessária, que leva em conta a dinâmica das relações homem-meio-sociedade, para dar

forma a um espaço/território, socialmente organizado.

Isto significa que construção de teoria na Geografia demanda o uso de concepções e métodos relativos à forma espacial de um lado e à operação de processo de mudança que implica a operação de processos temporais de outro lado.

O primeiro aspecto tem sido desenvolvido internamente à Geografia, enquanto que o segundo tem sido derivado de outras Ciências Sociais (porque o que muda é o homem), portanto são postulados derivativos, conforme acentuou Harvey(31), ao sintetizar dizendo que teoria na Geografia "deverá explorar os laços entre teorias indígenas de forma espacial e teorias derivativas de processos temporais", portanto procurando juntar as duas coisas.

Portanto, adiciona-se um complicador à teorização, que passa a contemplar um complexo de relações homem-espaço/tempo, em que ao se diferenciarem as características culturais do homem mudam suas relações com o espaço.

Enquanto o lugar tem conotação territorial vaga e inespecificada, o espaço, organizado segundo parâmetros do grupo social que o constitui, tem extensão territorial explicitamente finita e organização interna coerente e colocada nos contextos mais amplos do sistema a que ele pertence. O território é estático, enquanto o espaço é dinâmico.

O que mais diferencia a Geografia das outras Ciências Sociais é o fato de que a dimensão espacial é tornada explícita na Geografia e os atributos que mais contribuem para a articulação espacial da atividade humana são de maior poder explicativo, estejam ou não ainda completamente especificados por teoria geográfica correspondente.

A teoria implica metodologia e a linha quantitativa sugere para a noção de região o complexo estatístico/matemático teoria dos conjuntos e análise de variância; teoria dos conjuntos porque a região constitui, em última instância, um conjunto e, em técnica de classificação, uma classe, que se diferencia dos outros pela característica de que os elementos neste conjunto/classe têm máxima similaridade intraconjunto, por construção, e máxima dissimilaridade entre conjuntos,

por definição e por conceito, como ainda assinalam Harvey e Grigg(25, 31 e 32).

O problema fundamental não é, entretanto, metodológico e sim conceitual, pois está ligado à definição da extensão multidimensional dos atributos a serem utilizados na classificação dos conjuntos. O conceitual, aí, significa a definição de região por um só atributo ou por uma bateria de atributos, seguindo o objetivo a que se propõe o estudo.

Também é conceitual a questão de se saber em que medida os mesmos atributos são válidos para formação de conjuntos e subconjuntos, isto é, para diferentes níveis de agregação espacial. O conceitual aí está ligado à hipótese de tais atributos operarem ou não, em escalas diferentes, como Harvey procurou demonstrar(32), o que é um ponto fundamental no entendimento do processo de regionalização. Esta é a noção de processos chamados *scale free*, isto é independentes da escala, que Harvey discute em diferentes ocasiões e ao qual voltaremos mais adiante.

Por outro lado, o significado do meio ambiente físico para o homem, dos recursos naturais de todos os tipos, é uma função de seus objetivos, atitudes, padrões culturais e tecnologia(37).

Para padrões culturais diferentes, o mesmo meio físico tem significados e utilidades também diferentes. O mesmo ocorre com tecnologias diferentes, o que significa que estas relações têm uma característica dinâmica(7).

Uma segunda noção fundamental é a do território. O problema, às vezes, se torna confuso, porque o espaço é um território que é socialmente organizado, mas esta mesma organização depende, por sua vez, do território propriamente dito, como um dos elementos que contingenciam a própria sociedade.

O território representa recursos naturais, riqueza, enfim, que pode ser posta a serviço da própria comunidade que o habita ou explorada exogenamente, e isto tem conseqüências diretas na forma de organização, de natureza política e econômica, pois a sua utilização nem sempre depende inteiramente do grupo social/territorial local.

O caso do petróleo no Oriente Médio é típico deste tipo de situação, da mesma for-

ma que uma variedade de recursos minerais nos países subdesenvolvidos, ou *plantations* na Ásia, África ou América Central, onde os frutos destas riquezas beneficiam muito mais grupos exógenos à riqueza destas áreas.

O território implica uma organização política, administrativa, abriga um povo e povo/nação, com culturas, tradições e interesses, que também afetam a forma de organização espacial no interior deste território.

Mas o território, ao conter um povo/nação, que se organiza em Estado, passa a adquirir um outro sentido, que liga povo/nação a este mesmo território, até mesmo com um significado transcendental, que tem a noção de pátria. E poder-se-ia argumentar até com uma idéia mais profunda que esta ligação do indivíduo/grupo com um determinado território é algo mais transcendental do que a própria noção de pátria; e este tipo de relação é comum até mesmo no mundo animal, com as migrações de aves, peixes, etc., que sempre voltam ao "ninho antigo".

Neste particular, o território tem um conteúdo fenomenológico. O "ninho antigo" tem algo a ver com o que Martin Heidegger chama de *dwelling* (35) Anne Buttimer, ao discutir este assunto, em artigo traduzido para o português, diz que "Habitar implica mais que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para o futuro, construir um lar, que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa" (12).

O fenomenológico, neste caso, constitui a noção transcendental de território, lar, morada, que tem um significado diferente de casa e que pode ser o ponto de contacto com a visão estruturalista, embora, obviamente, com base filosófica diferente.

Em relação ao homem, em casos particulares — e a questão Israel/Palestina é o exemplo mais profundo —, observa-se aquele tipo de ligação de natureza mais transcendental que a noção de pátria, o mesmo ocorrendo, de certa forma, com numerosas minorias étnicas em todo o mundo.

O território, ao representar a possibilidade de riqueza, cuja probabilidade de ocorrência

é proporcional ao seu tamanho, contém, também, uma conotação de poder — poder político, econômico, militar — que tem sido usado e/ou cobiçado como instrumento de dominação política e econômica.

Este tem sido o terreno do que se conveniou chamar de Geografia Política, ramo da Geografia que se renova sempre — às vezes sob a forma de uma concepção estratégica do tipo Geopolítica —, mas que examina a extensão do significado do território na riqueza das nações, no que talvez se pudesse parodiar a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Por isso uma das áreas de conscientização de geógrafos à procura de um objeto de relevância social em sua disciplina é a busca da compreensão dos mecanismos de poder político (econômico ?), responsável pela alocação dos escassos recursos dos países em desenvolvimento, quase sempre disputados por uma minoria necessitada e sem poder e uma minoria rica e poderosa.

No sistema capitalista e democrático ocidental, a política econômica e social e formulada por uma contínua interface entre necessidade e poder, entre eficiência e equidade, de tal forma que permitiu a Friedman afirmar que a sociedade moderna não é apoiada num sistema de necessidades, mas sim num sistema de poder (23).

Se a Geografia quiser adquirir uma característica normativa, de alguma forma, terá que se voltar não só para um maior engajamento político do geógrafo (para poder influir na norma), mas principalmente para uma visão mais ampla dos problemas políticos, que em última instância respondem pela diretriz de política espacial.

Por fim, é importante discutir a questão do processo e aí, é claro, do processo espacial. O processo é um mecanismo temporal, que faz o indivíduo diferente de si mesmo pela natural operação do tempo, e faz de um lugar, ou espaço, ou região diferente de si mesma, novamente pela natural operação do tempo.

Neste contexto, que é indispensável, e nada tem a ver com metodologias quantitativas — a não ser à medida que elas possam ser inadequadas ao exame de um processo temporal —, uma análise transversal, num momento de tempo, não pode, obviamente,

descrever o processo, a não ser como ele se apresenta naquele momento.

Na crítica à pobreza da análise geográfica quantitativa que Slater faz (56), quando afirma que para “tentar explicar a organização e articulação do espaço em uma dada formação social, uma perspectiva histórica é necessária”, mais fundamental é a firme visão do autor (Slater), de que “qualquer perspectiva deste tipo pode funcionar melhor, se colocada no contexto do modelo marxista de análise social. Usando este método de uma maneira crítica, podemos ir além de fronteiras artificiais e rigidamente impostas da Ciência Social ortodoxa, e nos tornamos aptos a quebrar os grilhões do empiricismo abstrato e gradualmente chegar à estrutura essencial da sociedade”.

Então o problema não é metodológico e sim ideológico, quando se afirma acreditar que a perspectiva da filosofia marxista pode oferecer um caminho mais adequado à interpretação da organização espacial.

Como esta organização do espaço é superestrutural, porque os fatores que a determinam constituem uma superestrutura da sociedade, colocada aí por uma nova mão invisível, então pode-se compreender como uma análise estatística rigorosa pode ser incapaz de detectar este processo de organização espacial, de vez que ele é dado *a priori*.

A questão chave nesta interpretação, como explica Pickvance (50), é “a rejeição do valor explanatório de estruturas, ao nível empírico, e a insistência na importância de estruturas profundas” — estruturas não observáveis cuja existência se supõe capaz de explicar estruturas superficiais e observáveis empiricamente.

Aqui temos a definição de um modelo que dispensa o teste da realidade objetiva e nos leva à questão da quantificação, que, como dissemos, só se separa da teorização para efeitos didáticos.

Esta colocação deixa — e isto aconteceu — uma margem à definição substantiva do conteúdo destas estruturas diferentes, em diferentes interpretações, inclusive porque a chamada corrente althusseriana era de base marxista, enquanto algumas outras nem sempre eram rigorosamente baseadas nos escritos de Marx.

No campo da Geografia, mais especificamente na Geografia Urbana, Manuel Cas-

tells se constituiu no grande defensor da tese estruturalista/althusseriana (13) com seu clássico *The Urban Question*, onde, ao analisar a problemática do espaço, indica que a delimitação do urbano tem que ser feita a partir de uma teoria do espaço, “ela mesma uma especificação da teoria da estrutura social”, a essência da idéia de que o espaço é socialmente produzido.

Uma questão importante no conceito do “socialmente produzido” é a relativa ao processo natural de evolução social darwiniano e o processo positivista de que ao conhecermos estes processos podemos intervir para orientá-lo.

O chamado darwinismo social constitui a transferência de conceitos clássicos da teoria evolucionista que se baseava, primeiro, na própria metáfora de Darwin, de que a natureza é o produto da ação agregada de muitas leis naturais (divinas ?), e, segundo, na sua complementação malthusiana de que uma outra lei natural existe, a de que a população cresce até um ponto onde este crescimento é obstruído pelo suprimento de alimento. Darwin derivou daí a idéia da luta pela sobrevivência no quadro social, que continha a explicação para a lei natural da seleção, e daí para o conceito de Alfred Russel Wallace, de *survival of the fittest*, que era uma extensão da doutrina malthusiana ao mundo animal, mesmo antes de Darwin, mas que se ajustou bem ao “modelo darwinista” (62).

Observada a questão que coloca a teorização não só no contexto de uma ideologia sócio-cultural, como num contexto até mais amplo que envolve a própria visão do mundo e portanto algo muito mais profundo e até de natureza fenomenológica, como assinalamos antes, o problema do método torna-se, então, importante; e isto não só pelo rigor analítico — a capacidade de testar a validade das hipóteses e teorias — como pela precisão que oferece ao pesquisador, qualquer que seja sua perspectiva filosófica.

A Matemática e a Estatística constituem, inclusive nas demais Ciências Sociais, os instrumentos clássicos de análise, teste, inferências e mesmo base de organização da pesquisa que asseguram aqueles dois objetivos mencionados.

Voltamo-nos, assim, para a discussão do uso de métodos quantitativos na análise espacial, que fazem uso generalizado da Matemática e da Estatística, inclusive teoria de amostragem.

A QUESTÃO DA QUANTIFICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE TEORIA, LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS CRÍTICOS E PRECISÃO DA ANÁLISE ESPACIAL

A idéia de quantificação ficou muito associada ao que se convencionou chamar de a Revolução Quantitativa na Geografia, que foi simplesmente a incorporação à Geografia de métodos de análise estatística, largamente usados em outras ciências(11).

Por outro lado, ela ficou marcada pela denominação de Nova Geografia, fruto ao mesmo tempo da novidade que era o uso de técnicas estatísticas e de algoritmos computacionais, que as implementavam, e do fato de que ela seguia uma rotina, já alcançada em outras Ciências Sociais, de formulação e teste de hipóteses e teorias. De alguma forma esta Nova Geografia pretendia dar à disciplina foros e rigor de Ciência, inclusive porque isto tudo emergia no contexto da furiosa batalha idiográfico-nomotética travada contra a escola *hartshorniana*, que colocava ênfase na noção de lugar em vez de espaço; portanto, ênfase em diferenciação entre lugares em vez de integração entre lugares que a idéia de organização espacial coloca. Sobretudo porque a idéia de lugar é estática, enquanto a idéia de espaço inclui o processo dinâmico que torna o espaço diferente dele mesmo ao longo do tempo. Implica no processo de mudança permanente pela via da interação, como já indicamos na seção anterior, entre as pessoas de um mesmo lugar e entre diferentes lugares.

Esta tentativa de dar foros de cientificidade à Geografia é partilhada por outras Ciências Sociais. Como acentua Karl Deutsch, "dados quantitativos e métodos, em qualquer Ciência, adicionam uma grande quantidade de especificidade e riqueza

de definições existenciais em nosso conhecimento(18). Portanto, eles aumentam as demandas e os testes de verificação que nossas teorias confrontam. Neste sentido, a introdução, em uma ampla frente, de métodos e dados quantitativos é de importância decisiva em tornar nossas teorias em Ciência Social mais científicas".

O fato de que esta quantificação na Geografia ficou muito associada ao mundo científico anglo-saxônio, talvez mais particularmente aos Estados Unidos e Inglaterra, e ao mesmo tempo que se relacionava à emergência de computação eletrônica em grande escala, que por sua vez permitiu o acúmulo de grandes massas de dados e formação de "bancos de dados", gerou muita crítica no sentido que ela se limitava a uma simples análise de massas de dados, sem reflexão *a priori* sobre o fenômeno estudado, cujas conclusões emergiriam, assim, dos dados acumulados e não de um modelo conceitual.

Foi, por isso, muito criticada como um "empiricismo abstrato", obviamente de base positivista(56).

O fato de que a análise fatorial tem constituído um dos modelos analíticos mais comuns na Geografia, tem contribuído para o conceito de empiricismo abstrato, principalmente porque ela tem sido muito usada sob a forma de exploração de uma massa de dados, em busca de um padrão espacial, ao qual possa ser dada uma conotação associada ao modelo usado e uma interpretação derivada da própria análise, no velho estilo positivista.

A análise fatorial, entretanto, pode ser usada (e deve) no contexto de uma hipótese sobre dimensões relevantes no sistema espacial sob análise, testar a hipótese e, pela via dos *scores* das unidades observacionais utilizadas, observar o padrão espacial produzido.

Ela difere do modelo convencional de regressão, primeiro por não explicitar a variável dependente (todas são interdependentes) e em seguida porque, apesar da importância da interpretação da matriz de *loadings*, que mostra a correlação de cada variável com os fatores gerados na análise, a matriz verdadeiramente geográfica é a de *scores*, que posicionam as unidades observacionais nos fatores, estes compostos de

um agregado de variáveis fortemente correlacionadas entre si, e que devem representar a dimensão teórica do modelo adotado.

Esta utilidade da análise fatorial vai mais longe, porque se refletirmos sobre a natureza da Geografia verificamos que, a despeito de estarmos procurando explicar a organização do espaço, uma característica essencial da análise geográfica — já discutida na seção relativa à teorização —, é a de que como os fenômenos são inerentes aos lugares, quer dizer, não têm existência autônoma, a interdependência é a própria condição da pesquisa.

Não estamos à procura de uma variável dependente para ser explicada e um conjunto de variáveis “independentes” para explicá-las.

Ao contrário, estamos à procura da forma pela qual os elementos da sociedade se associam para organizar o espaço, que assim lhes serve de moldura para a sua própria existência.

Por outro lado, esta massa de dados representa apenas um momento de tempo, tomando-se, às vezes, a seção transversal num denominado território como substituto para uma compreensão dos processos que geram uma determinada distribuição espacial.

A crítica de empiricismo abstrato provinha, então, do fato de se querer derivar processo, que é um mecanismo temporal, de uma série de observações transversais, num só momento de tempo, inclusive porque nunca houve a preocupação de invocar a ergodicidade, um modelo estatístico que supõe que uma série espacial suficientemente numerosa replicaria uma série temporal, a única justificativa para a tentativa de derivar processo de uma análise transversal.

O curioso é que esta crítica é feita, claramente, por um dos expoentes deste movimento quantitativo, que se refere claramente aos exageros do uso destes métodos. Brian Berry(3), em busca de um paradigma para a moderna Geografia, faz, de forma até contundente, este tipo de crítica.

Neste artigo, logo de início Berry diz que ficou crescentemente frustrado com o que ele diz ter se tornado muito rapidamente tradicional — *traditional statistical geography* — com o uso impensado de inferência esta-

tística convencional e medidas de associação na pesquisa geográfica, sem o cuidado em verificar a validade de suas premissas, como assinalamos e discutimos na seção anterior.

E Berry menciona uma das críticas às conclusões de Michael Dacey(16), ao mostrar que, no caso da distribuição de pontos, o padrão estático era incapaz de indicar quais, de uma variedade de processos causais igualmente plausíveis, mas fundamentalmente diferentes, poderiam ter dado origem aos padrões que ele examinava.

O que Berry estava sugerindo era uma questão fundamental para a aplicação de métodos estatísticos de análise, como acentuam Haggett e Cliff(28) ao indicar que estamos diante do “problema de que teoria estatística, em geral, implica observações independentes, enquanto teoria geográfica implica interdependência espacial dos fenômenos observados”, o que em Antropologia é conhecido como o problema de Galton.

O problema de Galton refere-se a uma discussão no Royal Anthropological Institute, em 1889, a propósito da apresentação de um trabalho pelo Dr. Tylor, em que advogava o método *cross-cultural* que mencionamos anteriormente. A objeção de Galton era a de que laços históricos, entre sociedades, através de migrações e difusão, tornam a premissa de independência estatística entre as observações, inaplicáveis.

Isto pode estar tendo o sentido quase formal de uma correlação espúria, no sentido de que elas existem simplesmente porque são resultados comuns (e portanto correlacionados), de um processo histórico de natureza diferente.

O que isto significa é que os chamados quantitativistas não só não faziam jus à crítica, mas que estavam conscientes do problema, que não era particular à aplicação de técnicas quantitativas.

O que parece importante salientar é que havia e há uma preocupação constante e clara com a idéia de que a análise e a identificação de padrões e seqüências repetitivas espaciais têm o propósito de apenas descrever, em uma seção transversal no espaço, a resultante da operação dos processos espaciais e levar a outras análises que identifi-

quem a verdadeira natureza do ou dos processos espaciais.

Na realidade, esta crítica à questão da série espacial contém vários elementos, às vezes mencionados, às vezes não, que a própria análise quantitativa trouxe à baila e que são fundamentais. Entre eles podemos destacar:

a — A questão da independência funcional entre as observações, isto é, o fato de que implícita na maioria dos usos de regressões, correlações, etc., está a premissa de que as observações usadas na análise são entidades independentes, para as quais certas relações funcionais/causais ocorridas entre as variáveis são igualmente e geralmente verdadeiras. O que Berry assinala, no artigo mencionado(3), é que uma hipótese rival plausível, no mesmo nível de agregação, poderia ser a de que estas mesmas observações consistem e constituem elementos de um conjunto maior, do qual elas adquiriram características comuns, através da operação de um processo de difusão espacial, como foi descrito muitas vezes por Torsten Hagerstrand(26).

Este problema foi discutido, também, por David Harvey (30), e ao qual ele chamou de *confounding*, ao usar um exemplo concreto: estudos geográficos têm demonstrado que residentes das cidades tendem a se casar com pessoas que vivam nas proximidades, enquanto estudos sociológicos mostram que os casamentos se fazem entre pessoas do mesmo nível social. A fusão das duas proposições sugere que as pessoas tendem a escolher seus esposo(a)s entre pessoas do mesmo grupo social e que morem nas mesmas áreas ou bairros, etc. Harvey então se questiona dizendo que as pessoas da mesma classe social tendem a viver nos mesmos bairros. Como podemos distinguir, então, o quanto a variável espacial contribui e quanto a variável classe social contribui?

Esta questão — de novo o problema de Galton — é, em verdade, uma questão fundamental, se queremos entender e explicar algo na Geografia, pois explicação na Geografia tem que ser vista como tratando dos antecedentes e conseqüências de decisões ambientais e locacionais, nas quais o homem — autor e ator na decisão — é visto como uma verdadeira máquina que processa informações e toma decisões, mas que

está impregnado de sistemas de valores construídos, simultaneamente, por sua experiência do passado e por sua visão do futuro.

Uma significativa massa de estudos intra-urbanos — a chamada *social area analysis* — tentou encontrar os fundamentos da tomada de decisão ao nível da organização interna da cidade, de espaço territorial reduzido mas de complexidade muito grande, que começou com os conhecidos estudos de ecologia urbana e/ou humana, que datam da década de 20, quando o sociólogo Robert E. Park e outros editaram um livro analisando a cidade(48).

Na realidade, o objetivo do livro alcançava, também, a idéia de que os motivos locacionais — no caso do indivíduo os fatores que geravam bairros mais ou menos homogêneos na sua estrutura social —, continham uma elevada dose de ligações sociais e econômicas, que se refletiam na organização do espaço. Neste livro apareceu o conhecido artigo de Burgess(10) e sobre as zonas concêntricas das cidades, ou o de Homer Hoyt sobre o modelo de setores(36) com base nos estudos feitos pelo grupo da Universidade de Chicago. A este se seguiram outros, até as também conhecidas análises de Shevky-Bell(55), que em suma descreviam o fato de que, efetivamente, os habitantes das grandes cidades e aglomerações urbano/metropolitanas tendiam a se agrupar em áreas segregadas das cidades, seguindo o princípio formulado por Park de que mobilidade social e mobilidade residencial nas grandes cidades eram processos que se superpunham e de acordo com algumas dimensões básicas de variação que eles indicaram.

Esta é a essência da questão da contigüidade e do chamado efeito de proximidade (*neighborhood effect*) descrito em numerosos estudos, que mencionaremos mais de uma vez, e que está na base do processo de difusão, pois pode indicar o mecanismo pelo qual uma característica, em uma dada localização, é transmitida a outra, em um tempo $t + 1$, por um processo de natureza essencialmente epidemiológica. E afeta também a questão da independência das observações, como já indicamos anteriormente.

Esta é mais uma instância da idéia de que

a separação de teoria e metodologia é, de fato, muito artificial.

Simultaneamente, este problema implica no relativo ao tamanho das unidades observacionais, a que já aludimos, relativo ao tipo de fenômeno que está sendo analisado. E isto porque os processos espaciais operam, com frequência, em escalas diferentes, que de alguma forma têm a ver com a extensão do território da unidade observacional. Quando mencionamos a questão das falácias ecológica e individualista e a questão discutida por Robinson, de correlações que são válidas em um nível de agregação espacial e não o são, necessariamente em outro nível, era a este problema que nos referíamos.

O método cartográfico convencional muitas vezes obscurece estas diferenças, especialmente quando associa a observação a um ponto, sem relação a uma área onde o fenômeno ocorresse.

b — A segunda questão refere-se à linearidade nestas mesmas relações, que é importante porque a maior parte dos modelos de análise estatística usualmente empregados nas Ciências Sociais são do tipo mínimos quadrados, que pressupõem relações lineares, que muitas vezes não descrevem, adequadamente, estas mesmas relações, o que significa forçar a realidade em uma camisa-de-força. Por outro lado, mesmo o agrupamento de indicadores em um complexo linear (tipo análise fatorial ou mesmo regressão), agrupamento este que também é quase sempre ortogonal, ainda complica o processo analítico, quando estes complexos forem, por sua vez, ligados funcional ou integrativamente uns aos outros.

É bem verdade que modelos não ortogonais — pelo menos em análise fatorial —, e, portanto, oblíquos — permitem comparar estruturas complexas, como são os fatores/componentes principais da análise fatorial, umas com as outras.

Uma das avenidas mais promissoras de pesquisa, na linha quantitativa na Geografia, é o uso da correlação canônica, que é, ao mesmo tempo, um modelo de análise fatorial, mas que combina duas matrizes diferentes e compara as estruturas geradas em cada uma delas, no todo e fator a fator. Como a análise espacial implica, quase sempre, a operação de um processo estático

(atributos dos lugares) e outro dinâmico (interação entre lugares), este método pode vir a ser ainda, como observa Michael Ray(51), um instrumento de grande importância, principalmente na formulação de políticas.

A adoção de modelos estatísticos, que obedecem a certas premissas específicas ao método, permitiu ou conduziu a certos questionamentos que, de outra forma, talvez passassem despercebidos.

O título desta seção menciona a contribuição para a teoria em levantamento de problemas críticos, alguns dos quais foram mencionados anteriormente, como a questão da independência das observações por via dos modelos ortogonais da linearidade ou não das relações entre variáveis, etc.

Mas há um problema crucial que surgiu como resultado da aplicação de métodos de agrupamento de unidades observacionais, para formar regiões: a questão da contigüidade territorial, que já havíamos indicado antes, mesmo considerando aquilo em que esta contigüidade não estiver embutida na questão da independência das observações.

A definição convencional de região é a de que as unidades elementares a serem agrupadas devem ser territorialmente contíguas, o que representa uma séria dificuldade para os algoritmos computacionais que agrupam as unidades pela similaridade entre os lugares, mas sem a observância da contigüidade. Esta deveria ser, aliás, a forma correta de agrupar os lugares, mas acontece que com o uso do método cartográfico esta similaridade fica embutida na contigüidade e não se percebe que as duas coisas podem ser diferentes, talvez por não terem sido integradas nas variáveis que pretendem descrever o conceito.

A fórmula adotada foi a da introdução, exogenamente ao modelo analítico, de uma matriz de restrição a não contigüidade, isto é, a recusa ao agrupamento do par de unidades observacionais mais semelhante, na hipótese de não serem, ambas, contíguas. Este processo, discutido por Johnston (39), e ao qual voltaremos mais adiante, pode representar mal a realidade numa extensão maior que a necessária para se fazer generalizações úteis, pois, ao invés de testar a hipótese de que grupos se formam de maneira compacta espacialmente, acaba por

testar a hipótese de que grupos contíguos existem e que, de alguma forma, até um certo ponto são semelhantes.

Mas isto levanta um problema extremamente sério na Geografia, que é o de saber, verdadeiramente, o que faz um lugar próximo semelhante a outro?

A operação do processo de difusão, adoção, dominância, etc., conforme salientamos anteriormente, são todos de natureza mais ou menos epidemiológica?

E como detectamos, dentre as características das unidades observacionais, aquelas que contêm o registro deste processo, para que o agrupamento correto se processe sem uma interferência exógena e arbitrária?

Na realidade, isto indica que falta ainda suficiente elaboração formal e especificação de atributos dos lugares que os agrupe em conjuntos, simultaneamente semelhantes e contíguos.

Ou será que o conceito de região está incompleto e que ele constitui um subconceito da tipologia (20 e 21), esta sim diretamente derivada de análises estatísticas de agrupamento por similaridade de atributos. E a região seria derivada da tipologia, quando unidades observacionais agrupadas pelo princípio da similaridade fossem, também, contíguas, como sugerem Johnston e Czyz (39 e 15)?

Isto significaria que, apesar de não podermos definir precisamente esta contigüidade, ela estaria presente no processo responsável pela similaridade observada.

O argumento de Johnston é o de que "regionalizar com a restrição de contigüidade supersimplifica e opera contra a eficiência no teste de hipótese" (p. 295), enquanto Czyz sugere que a regionalização é um processo em duas etapas: ele procede de uma tipologia para uma regionalização e o número de regiões resulta do número de agrupamentos de tipos fundamentais espacialmente contíguos.

É uma outra instância da inseparabilidade de teoria e metodologia pois, ao discutirmos teoria sobre região na seção anterior, chegamos a uma situação semelhante.

Mas a questão da contigüidade não pode ser tratada simplesmente como uma condição física, exógena ao modelo de análise, nem só como uma condição de agrupamen-

to. A questão fundamental é a da característica epidemiológica, que descreve a natureza do processo de difusão de um determinado atributo, pois será ela a responsável por maior ou menor similaridade intra-espacos. Métodos bastante sofisticados de análise estatística podem revelar a natureza deste processo, desde que ele possa ser reduzido a um indicador ou atributo que se difunde, pois assim o problema pode ser tratado sob o aspecto da autocorrelação espacial, como Cliff e o grupo de Bristol fizeram (28).

A questão da autocorrelação é fundamental, pois toda a bateria de métodos de análise estatística está apoiada na independência das observações, o que poderia invalidar a aplicação destas técnicas, pelo menos em sua função preditiva, como nas regressões. Mas, por outro lado, como indicou Gould (24), "autocorrelações espaciais era a ordem que os geógrafos estavam procurando para estabelecer suas leis e teorias", pois o que se pretende descobrir é a essência do processo de difusão e o porquê de um lugar próximo tender a ser semelhante. A própria noção de região implica esta suposição.

É preciso não confundir, entretanto, a natureza do processo com suas causas: a natureza do processo representa uma contribuição a um possível entendimento do processo causal.

As análises estatísticas que descrevem a natureza do processo, se aleatório ou não, são técnicas espaciais, e revelam mais o padrão que o arranjo espacial, conforme acentuou Dacey (17), mas podem oferecer importantes indicações para generalizações indutivas relacionadas com a distribuição espacial de um dado fenômeno, segundo observou Harvey (32).

Foi ainda Peter Gould quem escreveu (24) que para que uma variável fosse de interesse geográfico, ela precisaria ser autocorrelacionada. Isto porque se os fenômenos fossem independentes de sua localização no espaço, a característica identificadora da Geografia — do ponto de vista espacial — seria sem sentido.

Mas isto acaba com a premissa básica de independência estatística associada à maioria das técnicas de análise estatística. E é diferente, também, da autocorrelação de

séries temporais, de vez que neste caso estamos tratando da mesma variável, cujo valor depende do seu próprio valor em um tempo $t - 1$.

Esta autocorrelação espacial tem, também, a conotação do efeito sobre a mesma variável, no tempo e no espaço, que é o que indicamos antes como o efeito de contigüidade, isto é, o aumento da probabilidade de um evento ocorrer, a partir de sua ocorrência em uma localização imediatamente contígua.

Um outro aspecto sugerido inicialmente é o da precisão na análise espacial. O arsenal metodológico/analítico convencional na Geografia sempre foi extremamente fraco, seja pela via puramente cartográfica e de análise visual, seja pelo recurso a valores médios, porcentagens, etc., de pouca significação descritiva e interpretativa.

A definição e delimitação de regiões, com base em superposição de mapas temáticos ditos analíticos, não pressupõe critério objetivo, nem da especificação dos temas/indicadores, nem do mecanismo de ajustar limites isolados, em uma composição de natureza sintética, ficando esta questão ao sabor de critérios e preferências individuais, dificilmente replicáveis.

Ao mesmo tempo, este método cartográfico/temático convencional supunha que o número de observações com que o mapa era construído seria suficiente para a generalização que se pretendia e igualmente válido para todos os indicadores com que outros mapas fossem construídos. Isto pressupunha, em linguagem estatística, que estas observações constituíam uma amostra adequada do universo a ser estudado, que o processo por trás da escolha de cada indicador operasse na mesma escala de todos os outros e que a bateria de indicadores representasse de forma adequada o processo espacial que se pretendia estudar.

Em outras palavras, por esta via ficavam inespecificados vários aspectos fundamentais do processo de organização espacial e da regionalização.

Estas observações não pretendem insinuar que a simples adoção de uma técnica de análise estatística resolva o problema, sem maiores preocupações. Mas como seu uso implica colocar estes problemas ao próprio pesquisador, contribui-se para que

eles sejam pelo menos examinados, para uma solução própria.

Finalmente parece importante discutir, no contexto do exame de métodos, a questão do estudo de casos, que tem sido uma forma metodológica freqüente nos estudos geográficos, "a monografia".

O caso, colocado na sua situação-limite, do ponto de vista conceitual, representa aquela necessidade indicada por Hartshorne de, para evitar o que ele denomina perigo de um pequeno número de indicadores, usar-se então um número bastante elevado, acabaríamos por recair num único espécimen de cada tipo (29).

Isto eliminaria a possibilidade de generalizações que poderiam conduzir à formulação de leis gerais e teorias. Em que medida a monografia, o estudo de uma área em profundidade, pode gerar inferências e conclusões sobre os processos causais, por trás das características desta área?

Ela é parte de um sistema espacial mais abrangente? Será que o mundo é um sistema vivo, extremamente complexo, no qual indivíduos, grupos sociais e instituições estão inter-relacionados, de forma dinâmica, que não exclui mas não pressupõe formas de dominância e intervenção? E que a natureza, propósito e ações de cada um dos atores neste sistema só podem ser entendidos em relação a um sistema de forças envolvendo outros sistemas e subsistemas, maiores e mais abrangentes, como Brian Berry sugere (3) ?

Mas e a questão de observações individuais, o estudo de casos, como retrocitado? É claro que estamos tomando aqui a questão do individual não em termos de atributos do indivíduo, mas sim de um determinado segmento do território.

Esta questão, entretanto, tomada no contexto de uma escolha de uma área para análise, e daí produzir generalizações abrangentes, precisaria ser entendida como uma amostra de um só elemento, em uma população de um número desconhecido de eventos; portanto, sem condições formais de se derivar inferências e conclusões deste estudo, a não ser quando ela é entendida em um sentido relativista, e numa perspectiva da estrutura parcial ou total de que o caso é um elemento.

E assim se permitirá um avanço considerável no aprofundamento da análise, pois ela é parte de um sistema maior que pode ser mais bem avaliado em seu funcionamento.

De tudo que ficou dito, ressalta-se o papel relevante de métodos estatísticos de análise no equacionamento da pesquisa espacial, especialmente no que se refere ao teste de teorias e hipóteses, e com isso ao seu aperfeiçoamento continuado.

A amostragem geográfica tem que ser ajustada às condições especiais de seu objetivo, essencialmente uma combinação de representatividade de uma população e de diferenciações espaciais, que levam a estratos geográfico/territoriais com características mais ou menos uniformes, segundo o objetivo da amostra.

Mas uma e outra coisa, teoria e metodologia, como observamos numerosas vezes, são funções de um contexto social e cultural bastante amplo, que moldam as teorias, mais particularmente aquelas na área das Ciências Sociais. Estão impregnadas da ideologia que as norteia, razão pela qual passamos agora ao exame do papel da ideologia na formulação das teorias que lhes correspondem, no campo da análise geográfica.

O PROBLEMA DA IDEOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM TEORIAS, CONTEXTO SOCIAL E SISTEMA POLÍTICO

A ideologia permeia todas as nossas atitudes e comportamentos e delinea nossa visão do mundo; portanto, fundamenta nossas teorias — indicamos anteriormente que as generalizações transculturais encontram suas principais barreiras nos diferentes contextos sócio-culturais que se pretendia analisar — e fundamenta, também, nossos juízos de valor.

A ideologia é o meio básico que dá sentido e consciência ao ser humano; inclui, no dizer de Thernborn (61), além da consciência do próprio ser humano, “os sistemas de pensamento e discurso instituciona-

lizado de uma dada sociedade”; ela — a ideologia — expressa e molda nossa consciência subjetiva do que existe, o que é certo e justo e o que é possível no mundo.

O certo e o errado, o bom e o mau, são frutos dos nossos próprios conceitos e do nosso tempo, que em última instância constroem nossa ideologia, mas que mudam no tempo, tanto quanto nós mesmos mudamos.

Ela é criada, organizada e sustentada por forças sociais que procuram dominar o sistema social, por isso evoluem, normal e às vezes revolucionariamente, no contexto do jogo destas mesmas forças sociais. Evoluem e mudam porque, historicamente, conforme acentuam Michael Peter Smith e Dennis Judd, “as forças sociais com as quais as classes dominantes e suas elites conflitam e competem pela hegemonia, variam em conscientização política, vontade e força” (60).

Ao mesmo tempo elas mudam enquanto as condições objetivas mudam — como mudanças críticas nas considerações entre o que é, o que é bom e o que é possível. Portanto elas mudam por escolha estratégica e necessidade material (59 e 60).

Determinados conceitos, como, por exemplo, o de necessidades básicas, que andou muito em voga na década de 70, quando escapam da definição puramente biológica e resvalam para o conteúdo social, mudam às vezes e até de forma muito forte.

Como entender, por exemplo, que muitas periferias urbanas em países em desenvolvimento — como é o caso do Brasil — apresentam percentuais relativamente elevados de domicílios/famílias com televisão, mas sem água e esgoto e sem uma alimentação racional e balanceada? Será que a velha noção romana de “pão e circo” para os pobres subsiste hoje, sob a forma percebida e consentida de primeiro circo (televisão, como forma de diversão e lazer?) e depois pão?

A própria civilização ocidental, helênica, atravessou períodos históricos em que a ideologia básica se transformou radicalmente e ela mesma atravessou fases de mudanças significativas, que alteraram a própria natureza das relações do homem com a terra em que vive. Mesmo antes, o fogo, a roda, a domesticação de animais e plantas ha-

viam mudado as relações homem/meio de forma radical.

O obscurantismo intelectual da Idade Média foi responsável, no campo da Geografia, pela perpetuação da idéia geocêntrica e por interpretações da Terra e do Sistema Solar que se ajustavam aos conceitos ou preconceitos cristãos da época.

Foi o peso de uma imensa ambição por poder e riqueza que acabou por convencer os reis de Espanha a financiarem a viagem de Colombo, apoiada na idéia da redondeza da Terra, que era negada pela cultura cristã, com receio de que ela negasse, também, os desígnios da Igreja. Com a convincente face da difusão da fé expandia-se o poder econômico e político dos países da Península Ibérica.

Nos últimos duzentos anos, o mundo tem sido sacudido por duas revoluções transcendentais que estão mudando todo o sistema de valores preexistente: a revolução industrial e a revolução democrática.

A revolução industrial constituiu a maior transformação operada na vida material dos homens, com reflexos nas suas estruturas de poder e organização política em escala e em progressão nunca antes verificadas. De repente, introduziram-se produtos cuja elasticidade de consumo tendia para infinito e isto mudou toda a estrutura de produção e demanda. Da mesma forma, novas matérias-primas foram sendo incorporadas à riqueza dos países — carvão mineral, petróleo, entre outras — e mudaram a face do mundo, principalmente das civilizações ocidentais.

De alguma forma esta revolução industrial criou as bases para uma das mais importantes organizações dos tempos modernos: o sistema capitalista atual.

Algumas instituições se ajustaram ou surgiram com o sistema capitalista: a propriedade privada, a herança, essencialmente intergeracional, e o lucro que gera a acumulação de capital e constitui a motivação básica da atividade econômica privada.

O lucro, a acumulação do lucro/capital, o uso do dinheiro em quantidades nunca antes observadas para gerar mais lucros, a formação de complexos financeiros — os bancos —, enfim a ideologia do dinheiro e o poder do dinheiro, que usa poder para ganhar mais dinheiro e dinheiro para ganhar mais

poder, constituem, ao mesmo tempo, as vantagens e as desvantagens do capitalismo, o seu círculo vicioso.

Uma instituição — a sociedade anônima — a corporação, o grupo econômico, estão, hoje, assumindo um papel diferente que é a um tempo poder econômico e poder político, que caminha rapidamente para um sistema transnacional, que transcende o poder político nacional, de qualquer nação, e está subvertendo muitos dos conceitos clássicos e convencionais de poder e, até mesmo, de independência e soberania.

A consequência mais direta deste sistema foi o aumento do nível de desigualdades sociais, pois, obviamente, a remuneração do capital é desproporcional à remuneração do trabalho.

Ao mesmo tempo e, seguramente, fruto desta nova ideologia, e dos conceitos e pressupostos que ela gerou, os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram mais pobres, e esta riqueza e pobreza era transmitida à geração seguinte, isto é, ambas se reproduziam e perpetuavam o sistema, gerando desigualdades entre países, regiões e pessoas nunca antes registradas. A essência desta tese é a de que o processo de competição é verdadeiramente darwiniano e que nele sobrevivem os mais fortes e mais ricos. Como assinala Friedman a distribuição dos bens que a sociedade produz não se faz segundo um sistema de necessidades e sim segundo um sistema de poder.

O que hoje assistimos no mundo, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, é uma retomada de certos princípios básicos do capitalismo clássico do tipo crescimento econômico *versus* bem-estar social, com a clara tendência de favorecer o lado do capital, como uma manifestação clara da ideologia capitalista do primado do lucro sobre o bem-estar da sociedade. Cada um recebe o que consegue num processo em que o capital é, seguramente, o mais forte na maioria das vezes. Tanto a nível intranacional como e, principalmente, a nível transnacional.

A idéia de justiça social, que sempre foi tratada como algo a ser concedido como equidade, começa a surgir com mais força, como fruto da acentuação das desigualdades que se verificavam na sociedade e por via de consequência nas regiões e países.

A equidade tem uma origem antiga e curiosamente fora dos quadros formais da lei; ela surgiu, na Inglaterra, na antiga *court of Chancery* no Século XIV, e era caracterizada por um tratamento discricionário de casos individuais, e de acordo com princípios da justiça natural, suplementando a lei comum.

Esta mesma equidade foi adquirindo uma força criativa e reformadora nas leis anglo-americanas, mas não foi jamais incorporada ao sistema legal.

Paralelamente a este gigantesco poder de uma pequena minoria foi crescendo a idéia de organização de uma sociedade política — a Revolução Democrática — com base na idéia do poder pelo voto da maioria, que controlasse o enorme poder de poucos que também dominavam, política e economicamente, os diferentes países — uma sempre pequena aristocracia — nos limites que lhes fosse possível.

Como os princípios geradores da Revolução Democrática estavam muito associados a equidade e igualdade de oportunidades, ela caminhava na direção de uma redistribuição da riqueza gerada por tão poderosos elementos, que assumiu formas e ocupou áreas muito restritas, quase que nos mesmos lugares onde a revolução industrial mais avançou.

Apesar deste esforço, muitos e extensos recantos do globo ficaram à margem das duas revoluções, relativamente pobres e quase sempre empobrecidos pela voragem do sistema capitalista; que primeiro se tornou colonialista, para mais e melhor crescer e, depois, tornou-se transnacional, para melhor assegurar os frutos deste crescimento.

Mas o sistema capitalista — com ele a idéia de lucro e propriedade privada, os seus dois pilares — cresceu um pouco à margem e um pouco apoiado nos Estados, que ao encamparem o sistema capitalista legislam para proteger a propriedade privada e o lucro; a questão crítica é saber até onde esta proteção pode significar um processo de acumulação desigual, estritamente no interesse do capital, ou se ela assume uma posição mediadora entre o capital e o trabalho.

Mesmo sem renegar certos princípios básicos do sistema capitalista convencional, foi-se desenvolvendo a idéia de que o capital teria uma função social, que trans-

cede a noção simplista da maximização do lucro. E esta idéia foi crescendo em muitos países e sociedades democráticas, de certa forma até consentida pelo setor capitalista nacional, na direção dos chamados *welfare states*, que continuam capitalistas, mas conscientizados da função social do capital.

Não é, aqui, o momento, nem o lugar de discutir a validade das proposições capitalistas, mas sim, de um lado, o seu papel na formação de conceitos e de métodos, e, de outro, na criação de um verdadeiro contexto social em que seus postulados assumissem a condição de verdades.

Ao analisarmos o problema da relevância social da pesquisa geográfica, voltaremos a este assunto, porque aí, então, estaremos nos preocupando com o geógrafo e o objeto de suas pesquisas, como um ator na sociedade: preocupado com os valores desta sociedade e não somente com uma análise fria dos fatos e das realidades emergentes.

Assim, as teorias desenvolvidas no ambiente acadêmico do mundo capitalista, ao tentar demonstrar a validade da noção de eficiência, desenvolvem modelos matemáticos que maximizam renda, lucro, minimizam custos, enfim otimizam os fatores de produção ligados ao capital.

Entretanto o que não se deve é confundir o método com o objetivo do método, pois que a função a otimizar poderia ser o salário, ou a distribuição de rendimentos.

A dificuldade é que maximizar a eficiência econômica é uma função objetiva, ao passo que maximizar a eficiência espacial/equidade é uma função subjetiva; este é, por exemplo, um novo diferenciador da Geografia, em relação à Economia. A função objetiva pode ter, facilmente, uma componente de curto prazo, mas a maximização de uma eficiência espacial via equidade, só pode ser concebida a longo prazo.

Os sistemas políticos de base marxista — na realidade os teóricos marxistas — enfatizam os aspectos negativos do capitalismo, mas as grandes divergências de natureza ideológica se observam no confronto da visão weberiana (capitalista) e marxista do processo social.

E, na verdade, o confronto se estende a uma visão mais empiricista, meio aristotélica, de um lado, e de uma lógica econômica de tipo estruturalista, de outro lado.

Esta última (60) defendendo a idéia de que estruturas profundas, não observáveis, estão por trás e podem explicar as estruturas superficiais, empiricamente observáveis, ligadas a processos da vida social, como observa Smith e como já tínhamos assinalado na Seção 2.

A essência deste confronto é a de que, na visão marxista todas as observações empíricas são teoricamente condicionadas, o apelo à evidência empírica não pode nem arbitrar, menos ainda resolver o conflito relativo a relações causais. Desta perspectiva, é ainda Smith que observa, "fatos não oferecem uma mensuração para comparar pontos de vista teóricos" (60).

A um nível ao mesmo tempo teórico, mas com conteúdo pragmático muito elevado, a campanha presidencial nos Estados Unidos, em 1980, levantou a questão do econômico *versus* bem-estar social, dividindo profundamente a sociedade americana, com reflexos nos outros países capitalistas ocidentais; a discussão girou em torno da tese do candidato do Partido Republicano, o atual Presidente Ronald Reagan (na verdade a tese do sistema capitalista americano mais conservador) de que o governo estava minando a vitalidade econômica do país pela via do aumento dos impostos para custear os programas sociais, caros e complexos. Era preciso reduzir os impostos das grandes corporações econômicas, para que elas pudessem investir mais, e com isso aumentar a prosperidade geral. A conhecida *supply economics*, o *core* do pensamento capitalista mais conservador.

É importante salientar, neste contexto, que se este dilema pode até ser considerado nos países altamente desenvolvidos (embora na Região Metropolitana de Nova York, em 1983, o nível de desemprego na população negra e hispânica fosse duas a três vezes a média nacional), nos países em desenvolvimento a idéia teria desfecho trágico de fome e desemprego em quantidades social e politicamente inaceitáveis.

Como teremos ocasião de referir na próxima seção, temas deste tipo têm uma importância geográfica enorme, primeiro porque têm grande relevância social, e, segundo, porque ao afetar minorias (como a negra e hispânica no caso americano), afeta áreas e espaços geográficos de forma desigual.

No contexto desta discussão emerge a questão do todo social, *versus* visão sistêmica do todo social, divisível em elementos do sistema, ainda que interdependentes.

A teoria de sistemas desenvolveu-se para dar a visão do conjunto e da interdependência entre as partes, preservando a identidade da parte, vista como um subsistema.

A visão marxista contempla a sociedade como um todo e portanto nega a teoria de sistemas, porque considera tudo interdependente, mas dependente da lógica econômica, enquanto a visão weberiana considera o político, o social e o econômico interdependentes, sem dependência formal.

A concepção de David Harvey de : "mudar o Mundo" começa por aí.

Cada uma destas visões constituem, na realidade, um paradigma particular, tais as suas diferenças. E como observa Pickvance (50), "cada paradigma constitui uma reivindicação de que a realidade social é melhor compreendida a partir da perspectiva e do racional que ele seleciona como crucial. Este racional é, prossegue argumentando Pickvance, como um farol que é usado para iluminar a realidade social. Mas seja este racional acumulação de capital, racionalização ou opressão da mulher (como na teoria feminista), esta iluminação é seletiva". E se reflete na agenda da pesquisa.

O que queremos indicar com isso é que a ideologia e o contexto social em que ela se situa correspondem a uma espécie de paradigma da visão do mundo e respondem, por esta forma, pela construção de teorias que contemplam esta visão do mundo como a correta; e obviamente desenvolve métodos que ajudem a validar esta visão.

É claro, também, que a coletividade acadêmica está sempre procurando recuar, por assim dizer, de suas crenças e teorias, para revê-las em busca de um novo paradigma, seja via reflexão abstrato/dedutiva, seja pela via do teste empírico.

É como observa Kuhn (42) "a ciência normal, por exemplo, quase sempre suprime novidades fundamentais porque elas são, necessariamente, subversivas de seus cometimentos básicos. Entretanto, enquanto estes cometimentos retiverem um elemento de arbitrário, a natureza mesma da pesquisa

se assegura de que esta novidade não seja suprimida por muito tempo”. E Kuhn descreve ainda o processo, como ele segue, quando afirma que num determinado momento se observa uma insatisfação crescente com o estado da Ciência normal “e, aí, começam as investigações extraordinárias que lideram a profissão um novo conjunto de cometimentos”, um verdadeiro, como ele o chama complemento que abala a tradição da atividade científica convencional (p.6).

Na Ciência Social, hoje em dia, estamos diante de dois paradigmas — um marxista e outro weberiano/capitalista — ambos, e em cada uma de suas equipes de pesquisa, desafiando as tradições, e com elas os conceitos estabelecidos e os preconceitos arraigados, talvez com um objetivo em vista: a relevância, para a sociedade, do objeto da pesquisa, a Geografia a serviço do homem.

Mas esta relevância coloca novos problemas ao cientista social, pessoa humana ainda meio positivista, pelo menos no sentido de procurar uma verdade verdadeira, sem engajamento político — ideológico.

Assim, ao nos voltarmos para a seção final deste artigo, a relevância social na análise geográfica, tentaremos colocar, também, no caso brasileiro, a idéia de o geógrafo participar e influir no processo de tomada de decisão, de engajar-se num processo político, que o compatibilize, ao mesmo tempo, com a pesquisa e com o processo de mudança na sociedade. Um conflito complicado pelo fato de que a principal instituição de pesquisa geográfica brasileira — a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — é uma organização governamental.

A RELEVÂNCIA SOCIAL: GEOGRAFIA, CIÊNCIA SÓCIO-ESPACIAL A SERVIÇO DO PROCESSO DE EQUIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A questão da relevância social está muito ligada à conscientização desta relevância, em grande parte nos próprios países desenvolvidos, depois da Segunda Guerra Mun-

dial e de certa forma, mais especificamente, a partir da década de 60; esta conscientização foi fruto das crises recessivas havidas e, de uma maneira mais genérica, das significativas desigualdades sociais que se foram criando, mesmo nestes países desenvolvidos.

A década de 60 foi abundante em movimentos deste tipo nos Estados Unidos e Europa Ocidental, questionando não só as desigualdades (que afetavam, mais ainda, as minorias étnicas), mas, também, os processos políticos que as perpetuavam; de outro lado, nos países do Terceiro Mundo, como uma reação ao neocolonialismo, inclusive o científico, que não só pretendia aplicar métodos de exploração como teorias de interpretação que consideravam o processo de desenvolvimento no Terceiro Mundo como uma réplica do processo Europa Ocidental/Estados Unidos; isto significava, em última instância, estar apoiado em um sistema de atividade econômica baseado na eficiência, maximização de lucro, etc., do tipo neoclássico.

Uma das mais cerradas críticas ao movimento quantitativista na Geografia era a de que ele respondia às necessidades da sociedade capitalista por eficiência espacial e planejamento regional, combinando, para este fim, teoria espacial e métodos científicos essencialmente voltados para mensurar a eficiência econômica de processos de pouca significação social, como a localização de cidades centrais ou o comportamento aquisitivo das pessoas.

É Richard Peet quem afirma que das tensões entre o interesse focal em questões superficiais da chamada “nova Geografia” e a urgente necessidade de relevância social e envolvimento político veio o primeiro movimento de choque na direção de uma Geografia Radical (49).

É curioso observar que o próprio Peet, um dos fundadores desta Geografia Radical nos Estados Unidos, neste mesmo artigo, mais adiante, reclama contra o foco em assuntos não vitais como a distribuição de localidades centrais, ou contra a vinculação aos interesses da indústria e do comércio pela atenção aos temas de otimização locacional da indústria; mas, a despeito disso, ao esclarecer que nos anos 60 e 70 — paralelamente às marchas contra as guerras no Ex-

tremo Oriente — começou a ofensiva na direção da relevância social, que ele interpreta como uma mudança nos temas e objetos da pesquisa geográfica, a tendência acadêmica foi reter os métodos de pesquisa correntes. É claro que ele chamava este processo de cooptação: “o resultado foi uma Geografia mais relevante aos temas sociais, mas ainda amarrada à filosofia da Ciência, a um conjunto de teorias, e a uma metodologia desenvolvida no interior do sistema de relações de poder” (49).

Esta cooptação, de um lado, significava, também, conscientização do social por parte da comunidade acadêmica dita burguesa/classe média capitalista; de outro lado, ela teve um significado ético e conceitual muito grande, porque seguia uma linha de equidade e de justiça social que era contrária à famosa ética protestante, que deu sentido moral à poupança e enriquecimento dos detentores de capital.

A linha da equidade refletia-se não só na seqüência conceitual, como na formulação metodológica e mostrava, claramente, que uma coisa era conceito, que vinha chancelado pela ideologia, e outra era método, que vinha chancelado pelo conceito.

O movimento radical na Geografia, tanto nos Estados Unidos como na Europa Ocidental, partia de uma visão materialista/marxista da sociedade que, evidentemente, jogava para o alto os conceitos capitalistas de lucro e propriedade privada, e aqueles geógrafos que a ele aderiam, obviamente, não podiam utilizar métodos de análise que, por exemplo, maximizassem lucro. Daí seu combate à teoria de localidade central, como instrumento do sistema capitalista.

De qualquer maneira o surgimento da Geografia Radical coincidiu, nos Estados Unidos, com os movimentos políticos de reação ao excessivo intervencionismo militar americano, que ao mesmo tempo coincidia com o movimento de direitos humanos, especialmente relacionados com o problema dos negros e outras minorias discriminadas nos Estados Unidos. Estes movimentos traziam, no seu bojo, uma preocupação com as questões sociais — a relevância social — que teve no meio acadêmico um efeito seletivo nos temas a serem abordados, virtualmente eliminando-se aqueles que

eram vistos como a chamada “ecléctica irrelevância”.

David Harvey, que havia se notabilizado em sua *Explanation in geography*, um dos *landmarks* do quantitativismo, escreveu *Social justice and the city* como corolário de uma série de artigos (30), nos quais defendia a idéia de “justiça social territorial”, como a base para uma teoria de localização espacial que se constituísse numa alternativa para a teoria de localização convencional, uma vez que esta última era apoiada em princípios de maximização da eficiência econômica, enquanto a justiça social territorial implicava em maximização de uma função espacial/social.

Implícito na sua idéia de justiça social territorial estava a questão de colocar o conceito de espaço como contendo, também, uma dicotomia social — trabalhador/capitalista, pois no mesmo espaço coexistem as duas funções e as duas classes.

Mas se existia dualidade conceitual, não existia, necessariamente, a dualidade metodológica.

Harvey, em nenhum momento, encontrou dificuldades nos problemas metodológicos da análise quantitativa; a questão era que ele começava a se converter ao marxismo e sua interpretação filosófico/ideológica dos problemas passou a ser diferente, mas não a postura metodológica. Tanto que o referido artigo de Harvey menciona a questão da separação da distribuição do produto social da análise dos mecanismos da produção social (33). A análise do produto pode contemplar, facilmente, a questão da eficiência e com ela a maximização de funções objetivas, enquanto que a análise dos mecanismos implica numa distribuição do resultado que contemple a equidade. Mais tarde escreve o artigo de seu ingresso na filosofia marxista, ao dizer que era chegado o momento para uma “revolução no pensamento geográfico”, porque “era a emergência de condições sociais objetivas e nossa patente incapacidade para tratar estes assuntos, que, essencialmente, explica a necessidade de uma revolução no pensamento geográfico”.

Nesta nova vaga de pensamento geográfico, Harvey rejeitava o idealismo e a fenomenologia como possíveis caminhos para esta proposta revolucionária de teoria:

ele argumentava que uma área de superposição entre o positivismo, materialismo e fenomenologia deveria ser usada o que em outras palavras era a base marxista. Nesta formulação, conforme acentua Peet que a descreve (49), indica que Harvey incorporava a base fenomenológica dos primeiros escritos de Marx, partilhava da base materialista e o método analítico em comum com o positivismo, mas considerava que era necessário ir mais longe submetendo as próprias bases da sociedade capitalista a um exame crítico rigoroso.

Um exemplo deste método foi a análise que ele fez da formação de *ghettos* nas cidades americanas e que só poderia, segundo ele, ser atacado em suas bases, pela eliminação do mecanismo de mercado como elemento regulador do uso da terra urbana.

De novo a questão era a realidade social, transcendente de uma simples explicação formal, e que queria dizer mais que direcionar a Geografia para temas de relevância social, ao mesmo tempo que procurava soluções para os problemas analisados, de vez que a solução proposta era a própria eliminação do sistema capitalista, ou em outras palavras “mudar o Mundo”.

E é importante indicar que Harvey, ao colocar o problema da definição da teoria revolucionária, a colocava como uma teoria “que se baseasse na realidade que ela tentava representar, formulada dialeticamente, oferecendo escolhas reais para futuros momentos nos processos sociais, e conseqüentemente assegurando o prospecto para criar a verdade ao invés de achá-la” (33).

A idéia que Harvey coloca, em diferentes momentos, é a de que o engajamento do geógrafo nos problemas substantivos da sociedade se deve fazer na direção de “mudar o Mundo”, isto é, de realizar mudanças estruturais de fora para dentro do sistema, de maneira revolucionária, seguindo, naturalmente, a linha política marxista convencional.

Mas a tentativa de perceber a realidade, dialeticamente, a partir de verdades criadas pelo mundo de nossa experiência social, codificado por nossa linguagem habitual como o mundo real, e a realidade deste mundo real que observamos, de novo, a cada momento, não constitui uma proposição revo-

lucionariamente marxista, pois Brian Berry — o papa do quantitativismo — chamado de agente do sistema capitalista, coloca o problema exatamente da mesma maneira. Ele até procurava obter uma *underlying essential structure* via ecologia fatorial(2), e perguntava: “como ultrapassar o fato de que a estrutura idealizante da ciência constrói um filtro que descarta certo tipo de experiências e que ao mesmo tempo focaliza as observações retidas em padrões específicos, especialmente quando a orientação é, tradicionalmente, de teorização apriorística de natureza positivista”.

Colocamos de propósito esta mesma citação já utilizada na seção referente às questões teóricas, porque o problema é, de um lado, de natureza teórica, mas é de outro lado de natureza pragmática, no sentido de que se pode efetivar a mudança na direção de uma “nova ordem econômica” pela via das mudanças de dentro para fora, isto se tem conseguido em numerosos países onde o *welfare state* se superpôs a uma estrutura capitalista, dando ao capital uma função social.

A partir de 1972, a ênfase da Geografia Radical nos Estados Unidos passou, então, ao invés da “tentativa de engajar a disciplina em pesquisas de relevância social”, que era a proposta liberal, a de procurar a construção de uma base filosófica e teórica para uma disciplina social e politicamente engajada, no dizer de Peet(49).

Esta procura se baseava numa crítica dos paradigmas convencionais da Geografia, inclusive e especialmente os quantitativos e na extração de teoria geográfica da literatura marxista. E de novo Harvey escreve *The limits to capital*(34), no qual ele declara ter pretendido escrever “uma teoria da urbanização e integrá-la com estudos históricos detalhados, e somente” casualmente encaixar algumas das “caixas vazias” que ele encontrou na teoria marxista e acabou por somente tratar desta última parte, as caixas vazias. Talvez porque, ele mesmo o enfatiza, “é simultaneamente uma virtude e uma dificuldade em Marx, que todas as coisas estão relacionadas com todas as coisas”, que faz com que seja impossível trabalhar em uma caixa vazia sem, simultaneamente, trabalhar com todos os aspectos da teoria.

Mas com isto se abandonava, totalmente, uma tradição empiricista na Geografia; é claro que não seria desejável uma volta — e nem é isso que estamos sugerindo — ao simples processo de observação, sem base teórica quase nenhuma; mas por outro lado não partir para um teoricismo, no qual o empírico só é válido se confirmar o modelo teórico, pois isto significaria sair de um empiricismo irrelevante para um teoricismo sem base real.

Como se pode verificar, toda a disputa se centraliza em questões de visão do mundo, em fundamentos filosóficos e conceitos bem como teorias derivadas destes fundamentos filosóficos. Em algumas questões se pode vislumbrar uma certa convergência e a relevância social é uma delas.

Não existe, hoje em dia, na comunidade acadêmica, quem defenda, socialmente, a idéia de maximização dos lucros do capital, sem limites; mas também endossar a idéia da supressão do sistema capitalista, porque os preços e os mecanismos de mercado, não controlados, podem gerar favelas e periferias pobres, com todos os seus males sociais — a famosa dívida social de que tanto se fala no Brasil e nos países do Terceiro Mundo — vai uma distância muito grande.

É aí que se coloca, de forma clara, a questão do mudar de dentro para fora, de forma progressiva mas contínua, ou mudar de fora para dentro, de forma revolucionária.

Smith(57) observa que a idéia de que “o espaço e recurso naturais devem ser propriedade privada, com seu uso sujeito às chances da avareza, altruísmo ou caprichos humanos, está se tornando, crescentemente, um anacronismo”.

Sem entrar na tese das crises cíclicas do sistema capitalista, como as descreve Harvey em seu último livro, não se pode negar a preocupação com justiça e equidades sociais e territoriais, que podem ser facilmente percebidas nas próprias linhas de pesquisa da maior parte dos centros de pesquisa social no mundo capitalista.

O maior dos desenvolvimentos teóricos na área de desenvolvimento urbano regional tem sido na direção de problemas de desigualdades regionais e sociais; a tentativa de dar sentido espacial à teoria perruviana de

pólos de desenvolvimento é um esforço nesta direção.

Esta preocupação se revela na constatação de que os geógrafos — e aí estavam fortemente incluídos os quantitativistas — estavam muito mais voltados para “o estudo da produção de bens e exploração de recursos naturais, enquanto ignoravam importantes condições de bem-estar humano e justiça social” como observou Smith, tentando se colocar no meio das duas tendências mais antagônicas(58).

Mas no centro da questão está, ao mesmo tempo, a idéia de relevante em que e para quem, como indica Jonhston(40), pois se a relevância está escorada em uma proposição de manter o *status quo*, ainda que do tipo mudar de dentro para fora é uma coisa; mas se ela está apoiada na concepção de “mudar o Mundo” de fora para dentro, então a questão é outra e a teoria/ideologia que a sustenta é a teoria revolucionária de David Harvey.

No Brasil, a questão contém algumas variações: a Geografia teve uma organização básica inicial fortemente governamental e suas prioridades essenciais advinham desta base governamental e da definição da relevância social como colocada por programas do Governo Federal.

Assim, temas como o sítio e a posição da Nova Capital do Brasil foram longamente estudados e discutidos por geógrafos do órgão oficial (o IBGE), bem como a questão da criação e organização de regiões metropolitanas, como base de formulação de uma política de desenvolvimento urbano.

É importante ressaltar que a posição destes grupos de geógrafos do IBGE os colocava numa postura de eficiência na questão da Nova Capital do País, quando advogavam uma localização perto do núcleo de poder econômico do País (a localização mais próxima ao Estado de São Paulo); até mesmo a preocupação com unidade nacional, colocada como associada a uma localização projetada na direção do Nordeste, guardava esta visão efficientista.

Enquanto na questão das regiões metropolitanas, ao contrário dos economistas urbanos que advogavam uma concentração metropolitana, pela via das economias de escala e de aglomeração, com vistas à maior eficiência, etc., os geógrafos optaram

por uma desconcentração populacional e econômica, que acabou por definir uma política de cidades médias, que, naquele momento, parecia responder a um melhor processo redistributivo que a concentração metropolitana.

Esta tendência mais social que eficientista pode estar ligada aos mesmos mecanismos históricos de conscientização de uma relevância social que surgiu a partir da década de 60.

O que é óbvio e fica evidenciado nesta exposição é que a concepção positivista de Ciência Social neutra, *value free*, é incompatível com a própria concepção do que é o

cientista social, que não pode descartar sua posição de parte do universo pesquisado, no momento em que ele o pesquisa. E que as angústias que o atormentam na constatação dos enormes desvios na posição do homem face aos benefícios do produto social, não podem deixar de influir no seu próprio engajamento na formulação de diretrizes para uma política de organização do espaço, na linha de uma concepção do primado da equidade sobre a eficiência.

Isto quer dizer que a pesquisa acadêmica nas Ciências Sociais não pode dissociar o pesquisador do pesquisado e fazer o pesquisado influir no objeto da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ALLARDT, Erick. Aggregate analysis; the problem of its informative value. In: DOGAN, Matei; ROKKAN, Stein. *Quantitative ecological analysis in the social sciences*. Cambridge, M.I.T. Press, 1969.
- 2 — BERRY, J. L. Brian. The logic and limitations of comparative factorial ecology. *Economic geography*, Worcester, USA, 47(2): 209-19, June 1971. Suplemento.
- 3 — _____. A paradigm for modern geography. In: CHORLEY, Richard, ed. *Directions in Geography*. London, Methuen, 1973. p. 3-24.
- 4 — _____. Interdependency of spatial structure and spatial behavior; a general field theory formulation. *Papers of the Regional Science Association*, Philadelphia, USA (21): 207-27, 1968.
- 5 — _____. GARRISON, W. L. A note on central place theory and the range of a good. *Economic Geography*, Worcester, USA (34): 304-11, 1958.
- 6 — _____. Functional bases of central place hierarchy. *Economic Geography*, Worcester, USA (34): 145-54, 1958.
- 7 — _____. HORTON, Frank. *Urban environmental management; planning for pollution control*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1974.
- 8 — BRANDT, Willy. *North-South; a program for survival*. Cambridge, M.I.T. Press, 1980. 303 p. Report of the Independent Commission on International Development Issues.
- 9 — BUNGE, William. *Theoretical Geography*. Lund, Sweden, Gleerup, 1962. 280 p. (Series C., general and mathematical geography, 1).
- 10 — BURGESS, E. W. Recent distortions on the classical models of urban structure. *Land Economics*, Madison, Wis., 40(2): 199-212, May 1964.
- 11 — BURTON, Yan. The quantitative revolution and theoretical geography. *The Canadian Geographer*. Toronto (7): 151-62, 1963.
- 12 — BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio, ed. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1982. 318 p.
- 13 — CASTELLS, Manuel. *The urban question; a marxist approach*. Tradução: Alan Sheridan. London, Edward Arnold, 1977. 502 p.
- 14 — CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Tradução: Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966. 230 p.
- 15 — CZYZ, T. The application of multifactor analysis in economic regionalization. *Geographia Polonica*, Warsaw (15): 115-34, 1968. Economic regionalization and numerical methods.
- 16 — DACEY, Michael F. A probability model for central place locations. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC, 56 (4): 550-68, Dec. 1966.
- 17 — _____. Modified Poisson probability law for point pattern more regular than random. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC, 56 — 559-65.

- 18 — DEUTSCH, Karl. On methodological problems of quantitative research. In: DOGAN, Mattei; ROKKAN, Stein. *Quantitative ecological analysis in the social sciences*. Cambridge, M.I.T. Press, 1969. p. 19-40.
- 19 — FAISSOL, Speridião. Espaço, geografia e ciências sociais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37(4): 3-19, out./dez. 1975.
- 20 — _____. Teorização e quantificação na geografia. In: _____, org. *Tendências atuais na geografia urbano/regional; teorização e quantificação*. Rio de Janeiro, IBGE/Instituto Pan Americano de Geografia e História, 1978. 300 p. p. 3-34.
- 21 — _____. O processo de organização espacial como problema central na análise geográfica. In: _____, org. *Tendências atuais na geografia urbano/regional; teorização e quantificação*. Rio de Janeiro, IBGE/Instituto Pan Americano de Geografia e História, 1978. 300 p. p. 35-66.
- 22 — FITZSIMMONS, Margaret. Hidden philosophies; how geographic thought has been limited by its theoretical models. *Geoforum*, 16(12): 139-49, 1985.
- 23 — FRIEDMAN, John. *Comparative urbanization*. London, Edward Arnold, 1975.
- 24 — GOULD, Peter. Is statistic inferens the geographical name for a wild goose? *Economic Geography Supplement*, Worcester (46): 439-48, 1972.
- 25 — GRIGG, D. B. The logic of regional systems. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, D. C., 55:465-91, 1965.
- 26 — HAGERSTRAND, Torsten. *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago, University of Chicago Press, 1953. 335 p.
- 27 — HAGGETT, P. *Human geography; a modern synthesis*. 3 ed., New York, Harper and Row, 1980.
- 28 — _____.; CLIFF, Andrew; FREY, Allan. *Locational methods*. London, Edward Arnold, 1977. 602 p. V.II, p. 330.
- 29 — HARTSHORNE, Richard. *Perspectives on the nature of geography*. Washington, D. C., Association of American Geographers, 1959. 201 p.
- 30 — HARVEY, David. *Social justice and the city*. London, Edward Arnold, 1973. 335 p.
- 31 — _____. *Explanation in geography*. London, Edward Arnold, 1969. 521 p.
- 32 — _____. Pattern, process and the scale problem. *Institute of British Geographers; transactions*, London, 45: 71-8, 1968.
- 33 — _____. Revolutionary and counter revolutionary theory in geography and the problem of ghetto formation. *Antipode*, 6(2): 1-13.
- 34 — _____. *The limits to capital*. Chicago, Chicago University Press, 1982. 478 p.
- 35 — HEIDEGGER, Martin. *Bulding droelling thinking; poetry, language and thought*. New York, Harper and Row, 1971.
- 36 — HOYT, Homer. *The structure and growth of residential neighborhoods in American cities*. Washington, Federal Housing Administration, 1939.
- 37 — JAMES, Preston E. *A geography of man*. New York, Ginn, 1959. 656 p.
- 38 — JOHNSTON, R. J. *Philosophy and human geography; an introduction to contemporary approaches*. London, Edward Arnold, 1983. 152 p.
- 39 — _____. *Grouping and regionalizing; some methodological and technical observations*. *Economic geography*, Worcester, 46(2): 293-305, June 1970. Suplemento.
- 40 — _____. *Geography and Geographers; Anglo-American human Geography since 1945*. 2. ed., London, Edward Arnold, 1983, 264 p.
- 41 — KASPERSON, R. E. The post-behavioral revolution geography. *British Columbia Geographical Series* (12): 5-20, 1971.
- 42 — KUHN, Thomas S. The structure of scientific revolution. In: INTERNATIONAL encyclopedia of unified science. Chicago, University of Chicago Press, 1970, 210 p. v. 2, n. 2, p. 5-6.
- 43 — KURZWEIL, E. *The age of structuralism*. New York, Columbia University Press, 1980.
- 44 — LEACH, E. R. *Lévi-Strauss*. London, Fontana.
- 45 — _____. British social antropology and Lévi-Strauss in structuralism. In: BLAU, P. M.; MERTON, R. K., ed. *Continuities in structural enquiry*, Beverly Hills, Sage, 1981. p. 27-50.
- 46 — LIVINGSTONE, David N. Evolution, science and society; historical reflections on the geographical experiment. *Geoforum*, 16(2). 1985. N. especial: Links between the natural and social sciences, Y. Portugal, ed.
- 47 — OLSSON, Gunnar. Servitude and inequality in spatial planning; ideology and methodology in conflict. *Antipode*, 6(1): 16-21, 1974.
- 48 — PARK, R. E.; BURGESS, E. W. *The City*. Chicago, University of Chicago Press.

- 49 – PEET, Richard. The development of radical geography in the United States. In: _____, ed. *Radical Geography; alternative viewpoints on contemporary social issues*. Maaroufa Press, 1977.
- 50 – PICKVANCE, C. Ct. The structuralist critique in urban studies. In: SMITH, Michael Peter, ed. *Cities in transformation; class, capital and the state*. Citado em *Urban Affairs Annual Reviews* (26) Sage, 1984.
- 51 – RAY, Michael D. From factorial to economical ecology; the spatial interrelationships of economic and cultural differences in Canada. *Economic geography*, Worcester 47(2), June 1971. Suplemento.
- 52 – ROBINSON, William S. Ecological correlations and the behaviour of individuals. *American Sociological Review*, Washington, D. C. (15): 351-7, 1950.
- 53 – SANTOS, Milton. *The shared space; the two circuits of the urban economy in underdeveloped countries*. London, Methuen, 1979. 266 p.
- 54 – SCHAEFFER, Frank. The exceptionalism in geography a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, D. C., 43:226-49.
- 55 – SHEVKY, Eshref; BELL, Wendell. *Social area analysis; Theory illustrative applications and computational procedures*. Stanford, Stanford University Press, 1949.
- 56 – SLATER, David. The soverty of modern geographical enquiry. In: PEET, Richard, ed. *Radical Geography; alternative viewpoints on contemporary social issues*. Maaroufa Press, 1977. p. 40-58.
- 57 – SMITH, D. M. *Human geography; a welfare approach*. London, Edward Arnold, 1977.
- 58 – _____. America! America? Views on pot melting, 2. *Radical Geography; The next revolution? Area* (3): 153-57.
- 59 – SMITH, Michael Peter; JUDD, Dennis R. American cities; the production of ideology. In: _____, ed. *Cities in transformation; class, capital and the state*. Citado em *Urban Affairs Annual Reviews* (26), Sage, 1984.
- 60 – _____. Urban structure, social theory and political power. In: _____, ed. *Cities in transformation; class, capital and the state*. Citado em *Urban Affairs Annual Reviews* (26), Sage, 1984.
- 61 – THORNBORN, G. *The ideology of power and the power of ideology*. London, Verso, 1980.
- 62 – WALLACE, A. R. 1898 – *The wonderful century; its success and its failures*. London, Swan Sonnenschein.

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de retomar a discussão sobre a chamada crise na Geografia, objetivando uma melhor compreensão da mesma, buscando alternativas de possíveis caminhos que evitem o caráter desagregador da referida crise.

O fio condutor desta reflexão está aqui representado por quatro categorias consideradas relevantes para esta abordagem: Teorização; Quantificação; Ideologia; e Relevância Social.

Cada uma destas categorias se consubstancia nas quatro seções que compõem este trabalho, de forma que se possa ressaltar os problemas associados a cada uma delas que, em essência, representam os velhos dilemas da Geografia, com novas proposições para resolvê-los.